

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

CURSO DE HISTÓRIA

VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA

**ALFRED RUSSEL WALLACE: UM OLHAR SOBRE OS INDIVÍDUOS UAUPÉS
(1851-1852)**

CAMPINA GRANDE – PB

ABRIL/2013

VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA

**ALFRED RUSSEL WALLACE: UM OLHAR SOBRE OS INDIVÍDUOS UAUPÉS
(1851-1852)**

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica
de História, da Universidade Federal de
Campina Grande, para a obtenção do título de
Bacharel em História.

Orientador: Dr. José Otávio Aguiar

CAMPINA GRANDE – PB

ABRIL/2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586a Silva, Victor Rafael Limeira da.
Alfred Russel Wallace: um olhar sobre os indivíduos Uapés (1851-1852) / Victor Rafael Limeira da Silva. -- 2013.
61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Prof. Dr. José Otávio Aguiar".
Referências.

1. Naturalismo. 2. Alfredo Russel Wallace. 3. Uaupés. 4. História das Ciências. I. Aguiar, José Otávio. II. Título.

CDU 930.2 (043)



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA

**ALFRED RUSSEL WALLACE: UM OLHAR SOBRE OS INDIVÍDUOS UAUPÉS
(1851-1852)**

Esta monografia foi apresentada à Unidade Acadêmica de História como trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Campina Grande, e aprovada pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º José Otávio Aguiar

Universidade Federal de Campina Grande

ORIENTADOR

Prof.º Dr.º José Benjamim Montenegro

Universidade Federal de Campina Grande

EXAMINADOR INTERNO

Prof.ª Ms. Raíssa Barbosa da Costa

EXAMINADOR EXTERNO

Dedico este trabalho inteiramente à minha amada família. À minha mãe, maior incentivadora dos meus estudos. Ao meu pai, homem honesto e trabalhador, apaixonado pelos filhos. Aos meus queridos irmãos, verdadeiros amigos, braços fortes que me sustentam desde a minha infância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente em primeiro lugar a Deus, cuja presença esparsa no meio acadêmico não significa seu total apagamento do coração e da mente de muitos que como eu ainda preservam as suas crenças. Seja em qual a for a denominação religiosa, Deus inspira-nos a acreditar em nós mesmos e não nos deixa esquecer que não somos apenas um corpo carnal.

Aos meus professores do ensino básico de modo geral e de forma muito especial minhas professoras Maria da Conceição Máximo e Sônia Máximo de história e literatura, respectivamente. Ambas foram fundamentais para que eu confirmasse a minha grande paixão pelo conhecimento histórico, uma me mostrando que o professor de história é aquele que transforma a vida de muitas pessoas ao oferecer à sociedade o conhecimento de si mesma através do que nos legaram os indivíduos do passado, a outra plantou uma semente maravilhosa em meu espírito ao ponto de me tornar um verdadeiro compulsivo por literatura brasileira e que em tantas conversas comigo me mostrou o quanto a ficção literária teria a oferecer às minhas produções historiográficas.

Aos meus queridos professores da Unidade Acadêmica de História, saibam o quanto suas aulas, cobranças e debates contribuíram verdadeiramente para a minha ânsia de aprender cada vez mais e de estar aqui concluindo o meu curso de Bacharelado. Não pretendia citar nomes pelo grande risco que corremos de relegar alguém ao esquecimento, mas, é preciso destacar algumas pessoas: Giscard Agra, um professor jovem, instigante e principalmente preocupado em fazer a conexão dos alunos entre o mundo do ensino básico e o ensino superior, muito devo a ele no tocante ao aprendizado sobre produções acadêmicas e didática de sala de aula. Michele e Marinalva, sedes de conhecimento sobre o mundo antigo, com vocês pude perceber o quanto é importante ler as obras clássicas na íntegra e o quanto a relativização cultural faz parte do nosso ofício enquanto indivíduos que lidam com o estudo do “outro”. Celso Gestermeier, reverenciado pela grande maioria dos alunos de história por sua dedicação sem fim ao ensino/aprendizagem, com você entendi o que de fato significa amar aquilo que faz e transmitir conhecimento aos outros. A Benjamin Montenegro, um poço de conhecimento sem fim, ofereceu-me a oportunidade de ter as melhores aulas durante todo

o meu curso, foi fundamental para a expansão da minha gama de leituras e conhecimento através das suas centenas de citações de importantes autores por segundo. À professora Juciene e ao professor Iranilson tenho muito a dizer, porém, a necessidade de síntese obrigame a reduzir a sua grandiosa participação na minha formação ao fato de ambos terem me introduzido no universo da documentação histórica, objeto importantíssimo no ofício de historiador; com a história de vida de ambos eu entendi o quanto o esforço e a dedicação aquilo que se faz pode leva-lo a patamares grandiosos. A Alarcon e a Clarindo sou grato por sua paciência e por sua solicitude de todas as horas compreendendo o quanto limitado nós somos e oferecendo um sem fim de oportunidades para resolver nossos problemas. Não poderia esquecer, por fim, o professor Cabral Filho, com quem tanto convivi durante esses quatro anos de curso de História, seu rigor metódico e suas exposições altamente intelectuais me inspiraram grandemente em tentar imita-lo o máximo possível.

Isoladamente e de forma preponderante, quero agradecer ao meu saudoso orientador José Otávio Aguiar, homem dos livros, pai dedicado, amigo e solícito. A minha aproximação com ele durante os dois últimos anos de formação me proporcionou valores sem precedentes, não pelo fato de ter dado junto comigo os passos para a realização da minha pesquisa, mas, porque como ser humano e professor ele me mostrou o quanto a presença de um professor é fundante na vida de um aluno. Nas tantas conversas de orientação que tivemos eu olhava para ele falando e pensava: um dia esse grande homem já foi um simples aluno de graduação como eu. O quão inspirador para mim é saber que o meu trabalho de conclusão de curso tem muito de sua sabedoria e sua participação, serei grato pelo resto da minha vida.

A parte o grande valor que os mestres têm na nossa vida acadêmica, os amigos, esses sim são pedras fundamentais na construção do nosso árduo caminho de crescimento intelectual. Pensei em tantas pessoas antes de colocar esses agradecimentos no papel, mas, percebi que seria impossível relembrar todos. Desde o segundo semestre de 2008 tenho encontrado pessoas maravilhosas que com certeza levarei para o resto da minha vida. Não negligenciando ninguém dou destaque aqui à minha grande e verdadeira amiga Priscila Lucena, costumo dizer sempre que eu jamais conheci uma pessoa tão maravilhosa, paciente, amorosa e solícita como ela, me pergunto às vezes o porquê de tanta pessoas no meio acadêmico serem egoístas ao ponto de se auto-intitularem como os responsáveis por seu sucesso, pois, tenho certeza que muito do que foi construído no meu processo de formação eu

devo a ela, um preço tão alto que somente a minha amizade sincera será capaz de pagar ao longo dos anos. Também Eslânia, Vanessa, Rodrigo Ribeiro, Manuel Missias, Artur Emanuel, José Rafael, Suleiman, Elnathan, Tiago Rafael, Gleydson e de modo mais especial Sabrina (minha paixão), Viviane Kate e Talita, saibam que somente as conversas, brincadeiras, trocas de experiência com cada de um de vocês está no topo da minha lista de contribuições importantes para chegar a esse estágio da minha vida.

Fora do mundo acadêmico também existem pessoas que de modo algum podem ficar fora destes agradecimentos, pois, ao fazer parte da minha vida também foram e continuam sendo essenciais para a minha profissionalização e meu crescimento como pessoa. Tenho tantos amigos, tão verdadeiros e tão presentes. A Alex, Tarcísio, Flávia, Felipe Ribeiro, Werton, Douglas Pereira, Bianca Cristina, Eudes Júnior, Alexandre Nicácio, Ana Nery, Verônica Albuquerque, Érika Rozy, Izaac Albuquerque e minha amiga/irmã Ângela Maria, além tantos outros que me deram apoio ou simplesmente me ofereceram sua constante amizade nos momentos que eu mais precisei.

Aos funcionários da Unidade Acadêmica de História, o seu trabalho árduo para nos ajudar e muitas vezes solucionar nossos problemas mais urgentes conquista nosso carinho e admiração por pessoas, que ao contrário do que o senso comum diz sobre funcionários de repartição pública, nos mostra a sua total dedicação aquilo que fazem.

Dedico estes dois últimos parágrafos a quatro pessoas cujo valor na minha vida não caberia na maior coleção de livros que possa existir no mundo. Agradeço imensamente a Rozeane Porto, amiga, colega de trabalho, companheira de discussões históricas, o seu papel de participação naquilo que hoje sou como historiador ultrapassa inclusive aquilo que você imagina que seja, quantos conselhos, quantas dicas e quanto conhecimento esse ser humano excepcional tem me oferecido desde que nos aproximamos em 2009. A Herivelton Vasconcelos, modelo de inspiração para tantos jovens da minha pequena cidade de Olivedos, batalhador, sonhador, lutador pela justiça social e acima de tudo um intelectual convicto, deu a mim o verdadeiro prazer pela boa música brasileira, pelo cinema e principalmente pela produção acadêmica útil, que possa servir de ponto de apoio para a transformação da sociedade. Lembro com muito amor nas últimas linhas deste parágrafo do meu querido, amado e estimado amigo Emanuel Nascimento, a nossa amizade que passou por momentos tão difíceis para ambos me mostrou nos últimos tempos a importância que devemos dar as

pessoas que amamos, emocionado ao escrever esta parte do agradecimento gostaria de lhe dizer que um simples olhar tímido e amoroso que você oferece transforma qualquer coração frio, por isso hoje sei reconhecer o quanto você foi e continua sendo importante na minha vida.

Finalmente, deixei para o último parágrafo o agradecimento sobre o qual mais pensei e bolei na cabeça enquanto chegasse à conclusão deste meu trabalho conclusivo. Não tenho palavras suficientes para expressar o quanto sou grato e reconhecido à minha maior amiga; quando olho para tudo aquilo que já vivenciamos juntos eu vejo o quanto você é verdadeiramente a minha mãe e não só a minha amiga. Brincamos a todo tempo que cada um de nós é responsável pelo outro, mas, quando chega o momento da realidade você cuida mesmo; preocupada com minha saúde, com meu sono, com minha alimentação, com meu dinheiro, com minhas conquistas, com meus amores, você é um sem fim de qualidades que possivelmente eu jamais irei encontrar em outra pessoa durante toda a minha vida. Para aqueles que são receosos de acreditar na amizade, tenho algo a dizer: ela existe de fato e para mim ela tem nome e sobrenome: Núbia Istefani.

RESUMO

Quando falamos em Charles Darwin dificilmente nos referimos a Alfred Russel Wallace, naturalista inglês que chegou às proposições da teoria da “seleção natural” e consequentemente do evolucionismo de maneira análoga a Darwin, porém, com algumas particularidades perceptíveis, como por exemplo, sua proposição de que o homem não pode ser incluído no processo seletivo da natureza sob os mesmos parâmetros que os outros animais. Boa parte do trabalho de Wallace foi desenvolvida em território brasileiro entre 1848 e 1852, mais precisamente na região amazônica: compreendendo o entorno dos rios Amazonas e Negro. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe discutir o naturalista galês como um indivíduo oriundo dos debates científicos mais atualizados no campo da ciência natural e que, portanto, produziu descrições e análises sobre os indivíduos com os quais conviveu de maneira a não submetê-los a um jugo etnocêntrico. Lançamos mão especialmente de sua obra brasileira *Viagens pelos rios Amazonas e Negro* e *O Naturalista no Rio Amazonas* de Walter Bates, companheiro de Wallace e grande interlocutor de suas ideias. Situamos esta produção no campo de produção da história da ciência e dialogamos com ancoragens teóricas que nos possibilitam entender a história do conhecimento humano como a existência de rupturas e continuidades e usando a concepção de “contemporaneidade do saber” não apenas como similaridade cronológica, mas, como troca de saberes ao longo do tempo. A partir das leituras inferimos, portanto, que as caracterizações e análises feitas por Wallace sobre as comunidades dos povos uaupés oferecem uma riqueza de possibilidades historiográficas das mais diversas possíveis.

Palavras-Chave: Alfredo Russel Wallace, Uaupés, Naturalismo, História das Ciências.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I - Viajantes e saberes sobre o Rio Uaupés: séculos XVIII e XIX.....	20
Capítulo II - O vale do Rio Uaupés nas narrativas de Alfred Russel Wallace.....	34
2.1. A corrupção europeia e a análise moral dos amazônicos.....	38
2.2. Práticas e discursos religiosos: o caso do jurupari ou a “música-do-diabo” e as lendas populares.....	41
2.3. Caracterização geral das comunidades do vale Uaupés: localizações, economias, alimentação e práticas.....	46
Considerações Finais.....	56
Referências.....	59

INTRODUÇÃO

Como é usual ao ofício do historiador eleger um recorte temporal sobre o qual irá se debruçar para inferir questões pertinentes ao seu tempo, assim o fizemos para a produção desta pesquisa e os demais desdobramentos a partir da mesma. O século XIX, período do qual lançamos mão, é recorrentemente associado na história como a época da consolidação da grande expansão iniciada pelos Estados Nacionais europeus desde os finais do século XV, não mais baseada apenas em motivações econômico-comerciais, mas, principalmente no desenvolvimento e divulgação dos principais debates científicos e filosóficos das mais diversas ordens.

Neste contexto, se inserem dentre outros campos de saber: a sistematização das chamadas ciências naturais na esteira dos grandes nomes que desde o humanismo entenderam a busca da compreensão da natureza como a maneira mais lógica de se posicionar perante os saberes escolásticos, estes em fase de profunda crise ora iniciada no trabalho dos primeiros intelectuais que ousaram discutir as verdades dogmáticas da cosmologia e da cosmogonia judaico-cristã; citá-los aqui é produzir uma extensa lista que vai desde as proposições do catarismo até o grande impacto das teorias que são associadas a Charles Darwin a respeito do processo evolutivo das espécies por meio da seleção da natureza e da competitividade.

A partir destas afirmações estamos dialogando com as máximas que entendem o desenvolvimento dos saberes humanos como um processo complexo e lacunar, sempre possível de ser questionado ou de sofrer contribuições das mais diversas. Na ânsia de buscar explicações para todas as questões que nos inquietam tendemos a vislumbrar a história da ciência como uma linha irredutivelmente linear, que por sua vez está sob uma certeza evolutiva teleológica como entendeu Hegel a respeito do que ele chamou de “espírito humano”; esta concepção aplicada à história da ciência, porém, proporciona muito mais equívocos do que contribuições concretas, pois, ela nos induz a reduzir as mais diversas experiências de saber que se sobrepuseram em diferentes épocas a um mesmo modelo de compreensão, sendo função do historiador, porém, evitar o máximo possível os anacronismos e os julgamentos de época, como defende Arlette Farge (2011) apropriando-se de uma fala de Michel Foucault:

A interpretação, seja ela filosófica ou histórica, não é uma coisa regulamentada de uma vez por todas. É mesmo uma tarefa infinita, que coloca em primeiro lugar o caráter ilimitado e infinitamente problemático da coisa a analisar e daquele que analisa. O espaço da interpretação é um espaço constantemente aberto e sempre por retomar. Michel Foucault podia sugerir a esse respeito que um dia se estabeleça a soma de todas as técnicas de interpretação do social e do homem que foram utilizadas desde o mundo grego: com a ajuda dessa soma poderíamos ler a história dos homens e aquela dos saberes tentados.¹

Pondo a parte as críticas que o pensamento foucaultiano recebe como lugar de fala propenso a certa ditadura da relatividade, que nos casos mais extremos reduz os saberes a um sem fim de discursos e à anulação dos sujeitos, preferimos recuperar da citação supracitada a sua mais importante contribuição que é o alerta para que os historiadores reflitam o seu trabalho como o de intérpretes de uma época dada e findada em um tempo passado, e de que sobre este não existem verdades ou muito menos modelos de compreensão como anteriormente citamos e como se apresenta de forma perigosa, principalmente para intelectuais da área de história da ciência, cujos objetos de estudo não são apenas “fatos” em si, mas, discursos interessados a respeito de outros discursos tão interessados quanto estes produzidos em um determinado momento do passado nos mais diversos campos científicos.

Como qualquer época da história o século XIX poderia ser analisado e questionado sob os mais diferentes ângulos e a partir de interesses mais diversos ainda, por isso, tomamos como ponto de partida a ideia de que o historiador é um selecionador de fragmentos do passado a respeito dos quais possui uma intencionalidade prévia. Recortamos o espaço do século XIX para o estudo em questão por se tratar de uma época propícia para a discussão sobre os paradigmas e métodos científicos europeus que tiveram lugar de forma profícua nas tantas viagens e expedições de cunho intelectual realizadas na Ásia e América, principalmente no Brasil durante os oitocentos; não que os séculos anteriores e posteriores não ofereçam a mesma possibilidade, mas, no século XIX muitos dos mais importantes debates no campo da ciência natural já se encontravam em um estágio de sistematização tal, que os lugares de fala daqueles cientistas sobre os quais discorreremos são muito mais facilmente reconhecíveis, até mesmo nas suas nuances mais complexas.

¹ Cf.: FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 27.

Tomamos como exemplo o próprio Alfred Russel Wallace que dá razão a este trabalho monográfico. O seu perfil como naturalista ou mesmo também como “etnólogo” deve-se em grande parte ao estado de debates científicos no qual se encontrava a Europa: tendo sido superadas em parte as concepções lamarckianas e buffonianas da superioridade de algumas espécies sobre outras tendo como ponto de apoio a idade geológica e a consideração métrica das espécies, ganha notoriedade as proposições da nova zoologia que tem em Cuvier e Charles Darwin suas maiores expressões, estes dois últimos sistematizaram as ideias que faziam frente às anteriormente expostas e consideravam que os fatores que catalisam a diferença entre espécies de continentes distintos tem haver com causas complexas, dentre estas as particularidades geográficas a respeito das quais Wallace dedicou boa parte do seu trabalho na Malásia, a partir do qual herdou o título de pai da Biogeografia².

Ainda discorrendo sobre o processo de escolha do século XIX como palco para nossas investigações e dando ênfase à história da ciência por meio do relato de viajantes, recuperamos aqui o que diz Mary Louise Pratt (1999) no seu estudo sobre as intersecções e impactos culturais do contato entre culturas díspares: além de ser um erro grave esquecermos que estes viajantes e cientistas representam os “olhos do império” sobre a grande territorialidade que pretende dominar, considerá-los apenas a partir do lugar de “curiosos” sobre a natureza mítica é muito mais negligente o não enquadramento dos mesmos como frutos de um período em que as novas estruturas do conhecimento e da exploração continental favoreciam grandemente a emergência da história natural³ e consequentemente a abertura de muitas viagens investigativas, cujas possibilidades historiográficas são riquíssimas⁴ como demonstraremos com mais detalhamento.

Não diferentemente de Pratt, o filósofo Michel Foucault (1979) nos possibilita um olhar mais profundo e menos ingênuo no tocante ao estudo sobre as explorações científicas realizadas pelos Estados Nacionais europeus nas regiões que até então eram suas possessões, visto que o diálogo com sua obra revela as nuances das intrínsecas e complexas relações de

² Cf.: SMITH, Charles H. **Alfred Russel Wallace: A Capsule Biography**. Disponível em: <<http://people.wku.edu/charles.smith/index1.htm>>. Último acesso em: 15/02/2013.

³ Cf. PRATT, Mary Louise. *Introdução: crítica na zona de contato*. In: **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999. p. 23-38.

⁴ Cf.: MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. *Os Relatos dos Viajantes Estrangeiros no Brasil Oitocentista: Possibilidades Historiográficas*. In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20, 2009, Ilhéus. **Anais**. Ilhéus: UESC, 2009.

poder que se instauram no campo do conhecimento desde a concretização do desenvolvimento dos Estados Nacionais do Ocidente. Na esteira das produções que dialogaram com as teorias de Foucault, também nós recuperamos como plano de fundo o binômio “saber-poder” que fora popularizado por este no universo intelectual das ciências humanas, o que nos encaminha a uma percepção dos relatos de viagem do século XIX como discursos ligados aos poderes circulantes dentro das ciências e em sua relação com o Estado. Mesmo que a viagem de Alfred Russel Wallace não esteja diretamente atrelada a nenhum tipo de projeto explorador financiado pela iniciativa estatal ou privada, este não foge à regra no que se trata do contexto de expansão científica dos Estados europeus nos oitocentos, parte de um conjunto de discursos catalisadores do interesse desses viajantes por regiões ainda pouco conhecidas.

Nossas investigações sobre a biografia e as contribuições científicas do entomólogo galês Alfred Russel Wallace remontam aos primeiros encontros com o professor orientador para discutir a respeito de possíveis objetos de estudo no campo da história ambiental e da ciência. Falando pessoalmente como historiador, sempre tive certa empatia e tendência por conhecer melhor os personagens da história que por um ou vários motivos acabaram ficando no limbo da memória historiográfica ou são lidos de forma tão redutiva que grandes questões referentes à suas experiências de vida no passado tornam-se notas de rodapé de outros personagens mais largadamente discutidos.

Foi partindo deste exercício de busca pela descentralização do olhar sobre os objetos de investigação que conheci Wallace. Tal como minha feição pessoal por preferir indivíduos históricos “negligenciados”, meu interesse pelo debate interdisciplinar entre as humanidades e as ciências da natureza contribuiu de forma decisiva para a escolha do objeto de estudo em questão, ao passo que a história ambiental e da ciência tornaram-se as áreas de especialização com as quais venho dialogando nos meus dois últimos anos de curso de bacharelado.

Lendo o clássico de Charles Darwin, *A Origem das Espécies*, me deparei com uma pequena nota de rodapé no capítulo que trata da disposição geográfica das espécies e o peso que tal condição tem para a determinação dos caracteres fenotípicos de cada uma delas. Na dita nota, Darwin faz menção a um ensaio pioneiro com o nome *Sobre a lei que regulou a introdução de novas espécies*, este escrito por um cientista de idade mediana, o qual trocando correspondências com seu amigo Walter Bates propôs inferências interessantes com relação à

variabilidade das espécies baseada em novas proposições que não diziam mais respeito aos esquemas da antiga zoologia anterior a Cuvier. Era Alfred Russel Wallace, o estudioso de insetos cuja vida e trabalhos científicos passamos a buscar incessantemente nos primeiros meses da pesquisa.

Era perceptível de início a grande lacuna de produções acadêmicas tendo por escopo o coautor da teoria da seleção natural das espécies, com exceção de uma única biografia em inglês escrita por Charles Smith em um site britânico que dedicou ao entomologista e alguns artigos acadêmicos que recuperam essa figura, mas, de forma predominante em textos que visam comparar o seu trabalho ao de Darwin ou mesmo o citam em poucos e superficiais parágrafos. A partir de tudo isso, tornou-se perceptível que estava adentrando em um campo pouco conhecido e com muito por ser dito.

Quanto às nossas fontes, selecionamos a obra brasileira de Alfred Russel Wallace intitulada *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, sua primeira edição é de 1853 e a segunda de 1889, na qual foram revisadas algumas provas tipográficas e introduzidas novas notas explicativas, além da correção de alguns erros gramaticais, principalmente em nomenclaturas indígenas. No Brasil o relatório de viagem do naturalista ganhou sua edição de estreia em 1979 pela Editora da Universidade de São Paulo e é a partir desta que iniciamos nossas investigações.

A obra wallaciana evidentemente pode ser lida sob diversas perspectivas, pois, se tratam de dezessete capítulos dos quais treze narram sua trajetória desde Belém até São Jerônimo no alto Rio Uaupés e, que por sua vez, possuem uma distribuição temática que merece citação: sempre começando pela narrativa de cunho geográfico, Wallace apresenta cada traço da paisagem e as interpreta segundo os modelos geomorfológicos disponíveis a ele, parte para a descrição da fauna e flora (maior parte dos seus relatos), passeia pelas feições, costumes e práticas dos indivíduos que vai encontrando e, por fim, realiza uma narrativa dos fatos mais relevantes de cada um dos trechos da viagem. Os quatro últimos capítulos da obra se propõem a reunir descrições analíticas sobre a geologia, a vegetação, a zoologia e as etnias com as quais Wallace se deparou durante todo o trecho percorrido no vale amazônico. Digno de nota é o apêndice da obra no qual o naturalista reproduz graficamente as pinturas rupestres do vale do Uaupés e elabora interpretações para os grafismos e os espaços nos quais eles se encontram.

Nosso trabalho, porém, atenta apenas para dois capítulos do relato: o XII que narra a complexa subida pelo desconhecido Uaupés e o XVII aonde ele reúne todas as observações sobre os aborígenes amazônicos, em especial as etnias no entorno do rio que nos serve como recorte espacial. Lendo e analisando o seu texto percebemos a possibilidade de múltiplos questionamentos que podem ser levantados, tais como: em que termos se dá o contato intercultural de Alfred Russel Wallace com os povos do Uaupés? De quais arcabouços discursivos o naturalista galês faz uso para interpretar/traduzir o nativo no seu espaço de sociabilidade? Em que pese a sua face de cientista natural, quais são as percepções de natureza, meio e ser humano com as quais dialoga? Alfred Russel Wallace pode ser lido como um nome representante das novas concepções científicas sistematizadas por Charles Darwin? Ou as tradicionais facetas do conhecimento referentes a Buffon e a outros intelectuais das ciências naturais ainda sustentam em parte o seu texto?

Não trabalhamos com o texto de Wallace de forma isolada, o que empobreceria a nossa narrativa, lemos e cruzamos seu relato de viagem com o de Henry Walter Bates, *O naturalista no Rio Amazonas* publicado quase uma década depois do relatório de seu companheiro de ciência e de conversa, e com a obra do botânico inglês Richard Spruce, *Notas de um botânico no Amazonas e nos Andes*, organizado e lançado em 1908 com notas explicativas pelo próprio Russel Wallace. Spruce chegou ao Brasil um pouco depois deste e suas incursões pela Amazônia brasileira e internacional tem uma relação direta com a própria viagem e produção do galês, tal como explicitaremos adiante.

O caminho metodológico que possibilitou a produção deste trabalho conclusivo pode ser entendido como um conjunto de leituras cuidadosas das fontes e o cruzamento das mesmas entre si, no intuito de enriquecer ainda mais nossas proposições. Dois momentos principais marcaram o processo de pesquisa: primeiro uma análise e discussão dos recursos bibliográficos básicos que se caracterizam por muitas produções do campo da história da ciência e da história ambiental, mesmo que este não seja propriamente um trabalho com esta última feição. As leituras, fichamentos e análises incluem as produções mais clássicas destes campos, a saber: Warren Dean e Donald Worster até as mais atuais como Regina Horta Duarte, Augusto Drummond e José Otávio Aguiar. Quanto ao aporte teórico em uma perspectiva mais macro, tendenciamos para um diálogo com textos que entendem o trabalho do historiador como uma produção narrativa entrecortada de todas as formas pela

subjetividade do ler e do narrar e com literaturas que nos oferecem um debate mais aprofundado sobre as complexas relações culturais entre indivíduos de sociabilidades distintas.

Com o intuito de encontrar soluções para os questionamentos construídos para inquirir as fontes, buscamos problematizar nosso objeto de estudo a partir das mais variadas possibilidades, não com o objetivo de dar vencimento a todo o conjunto de questões, mas, para oferecer várias possibilidades de leitura. No primeiro capítulo intentamos realizar uma digressão pelo rio Uaupés antes e imediatamente depois da passagem de Alfred Russel Wallace estabelecendo um diálogo entre suas experiências e as de outros naturalistas, a saber: o brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira e o inglês Richard Spruce.

Rodrigues Ferreira realizou uma incursão pelo atual Norte e Centro-Oeste do Brasil a mando da coroa portuguesa durante o período de nove anos, que vai de 1783 a 1792, o relatório produzido a partir desta longa viagem é considerado pioneiro no âmbito do conhecimento minucioso da zoologia, botânica, geologia e etnografia desta parte do Brasil. Ele conheceu diversas comunidades nativas e, apesar de este não ser o foco principal do seu trabalho, oferece-nos uma gama de informações a respeito das práticas e organização social destes povos, suas ilustrações do cotidiano são de uma riqueza sem precedente e já foram objeto de muitos estudos no campo da história e principalmente da antropologia.

Apesar de não haver uma conexão direta entre as incursões de Alexandre Ferreira e as de Wallace é possível estabelecer cruzamentos entre as leituras que ambos fizeram dos tipos humanos com os quais se depararam. É notório que de sua obra nos interessou essencialmente a narrativa da jornada que fez para subir o Rio Negro e dentre os seus afluentes o cientista dedica observações sobre o Uaupés, nosso ponto de investigação. Como cientista do século XVIII a ciência de Ferreira se caracteriza por um evidente pragmatismo, ao passo que suas descrições sobre os indivíduos da região diferem pouquíssimo da mesma análise que realiza sobre animais, plantas e estruturas geológicas.

Mais contemporaneamente a Alfred Russel outro naturalista também visitou e escreveu sobre o rio Uaupés e seus povos; de fato, a viagem de Richard Spruce até o alto do afluente do Rio Negro foi completada poucos meses depois da empreitada do nosso personagem galês e mais do que a produção de Ferreira possui pontos de conexão mais

evidentes com o trabalho daquele. Spruce chegou ao Pará um ano depois de Wallace e seu interesse estava voltado especificamente para investigações sobre a botânica amazônica; os atuais especialistas desta área consideram-no como o pioneiro na elaboração do primeiro ensaio de etnobotânica ao dedicar boa parte de sua análise aos usos medicinais, culinários e rituais das plantas amazônicas por parte dos grupos nativos.

O nosso olhar voltou-se particularmente para a série de investigações que realizou nas ocorrências rupestres do vale do Uaupés; com uma escrita minuciosa, Spruce descreve cada grupo de pinturas indígenas encontradas e se aventura no exercício de tentar interpretá-las, ao desenvolver esse interesse ele nos oferece importantes informações sobre o cotidiano e a mentalidade dos autores dessas “obras artísticas”, bem como os tipos de olhares que lança sobre as culturas que investiga. A obra de Richard Spruce, ainda inacabada, foi reeditada e lançada por Wallace nos primeiros anos do século XX e este fator é preponderante para entendermos as grandes contribuições mutuas que os dois cientistas ofereceram.

Considerando no capítulo inicial a elaboração do quadro de informações a respeito do Uaupés como um espaço de memória na obra destes naturalistas, entendemos que nossa narrativa sobre Wallace propriamente torna-se mais pertinente e viável, dado que este não deve ser isolado do contexto de outras produções com as quais dialogou de forma indireta, no caso de Alexandre Rodrigues, ou direta como se deu com Richard Spruce.

Nosso segundo capítulo ao qual nomeamos como *O vale do Rio Uaupés nas narrativas de Alfred Russel Wallace* é na verdade uma seleção de experiências vivenciadas pelo naturalista no trecho final de sua incursão pelo Brasil, daí a nossa leitura ter se limitado a basicamente dois capítulos de sua extensa obra. Partimos do pressuposto de que a viagem de Wallace teve como ápice a sua subida pelo Uaupés até a localidade de Mucura, o que ele mesmo deixa claro ao registrar de forma epifânica o quão importante e inovador significava a sua ida à região mais desconhecida da Amazônia.

Percebemos Alfred Russel Wallace como um personagem inovador para a sua época não apenas pelo fato de ter se aventurado em novas paragens, mas, principalmente pelos arcabouços discursivos dos quais se apropria para ler os uaupés. Defendemos a proposição de que o entomólogo discute seus objetos de estudo com um olhar pouco etnocêntrico, tal como é raro encontramos na literatura oitocentista. Ele descreve costumes, alimentações, ritos,

mentalidades e experiências de uma maneira que deixa claro de qual lugar fala: um cientista que trazia consigo os debates mais inovadores sobre as particularidades geográficas das espécies, o que influenciou diretamente as suas percepções sobre os indivíduos que estudou. Nos capítulos por vir ficará mais evidente o exposto anteriormente como introdução.

CAPÍTULO I

1. Viajantes e saberes sobre o Rio Uaupés: séculos XVIII e XIX

O espaço geográfico ao qual esta pesquisa se detém é toda a região banhada pelo Rio Uaupés ou Caiari como também pode ser encontrado, mas, não de forma usual. O rio é um dos principais afluentes do Rio Negro que chega a este último pela margem direita na altura da atual cidade de São Gabriel da Cachoeira. Apesar de suas águas serem bem mais claras que as do Rio Negro, o Uaupés é classificado hidrograficamente como pertencente aos de “águas pretas”⁵.

Segundo consideração de Hamilton Rice⁶, o rio possui sua formação a partir da união de dois outros: o Unilla e o Itilla, ambos originados nos altiplanos andinos da Colômbia; depois de unidas, as duas massas de água correm por cerca de 330 km ainda em território colombiano até entrar no Brasil. Na direção Sudoeste e Sul o Uaupés figura como demarcador de fronteira entre os dois países até a localidade de Iauareté, a partir desta, toma a direção Leste e passa a ter suas águas completamente em território brasileiro, correndo cerca de 520 km até desaguar no Rio Negro. Seu trecho completo é de 850 km e possui a largura máxima de 3 km, na sua foz, e de no mínimo 200 m.

As terras banhadas pelo Uaupés são consideradas “firmes”, ou seja, não sujeitas a inundações consideráveis durante o ano, apesar de possuir algumas extensões que são banhadas pelo menos por alguns meses. Por tais características de solo, a sua vegetação é densa e alta classificada como do tipo “hidromegatérmico”⁷.

Pesquisando mesmo de maneira informal a respeito desta bacia hidrográfica é comum encontrar-se divergências no tocante à origem do nome que leva, “Uaupés”, já que muitos

⁵ Cf.: QUEIROZ, Maria Mireide Andrade et al. *Hidroquímica do rio Solimões na região entre Manacapuru e Alvarães - Amazonas – Brasil*. **Acta Amazonica**. Vol. 3. Nº. 4. Manaus, 2009. “Sioli & Klinge, pioneiros no estudo dos rios da Amazônia, os classificaram em três categorias: águas brancas, pretas e claras. As brancas são típicas dos rios Solimões, Amazonas, Madeira, Purus entre outros, possuem elevada quantidade de material em suspensão e sais dissolvidos provenientes dos Andes e da erosão dos sedimentos encontrados ao longo das bacias de drenagens. O pH é próximo a 7, são relativamente ricas em Ca^{2+} e HCO_3^- , o que as classificam como carbonatadas. As águas pretas, cujo principal representante é o rio Negro, provém da drenagem dos escudos das Guianas e Brasileiro. Sua cor é resultado de substâncias fúlvicas e húmicas dissolvidas, têm altos conteúdos de Na^+ e K^+ , o que acarreta menor pH (4,0) que as brancas”.

⁶ Cf.: BRUZZI, Alcionilio. **A civilização indígena do Uaupés**. 2ª Ed. Roma: LAS, 1977.

⁷ Diz-se da planta que necessita de muito calor e umidade para viver.

autores se dividem entre as lendas que até hoje povoam a mentalidade da população ribeirinha e as tentativas racionalizadas de viajantes e estudiosos do rio de historicizar o seu nome. Alcionilio Bruzzi (1977) apresenta três possibilidades de origem de tal nomenclatura, sendo que não julga nenhuma delas como mais ou menos verossímil que as demais.

Alfred Russel Wallace aparece entre aqueles que discutiram os sentidos que envolvem o nome deste caudatário do Rio Negro. Em suas descrições das tribos com as quais teve contato, o naturalista destaca a grande variabilidade linguística e de hábitos destas, mas, não se esquece de pontuar a prática comum de generalizar as comunidades nativas sob uma única denominação, neste caso “Uaupés”, como forma de distingui-los em relação às comunidades de outros rios; ele completa: “Daí o costume de dizer-se Rio dos Uaupés, e não Rio Ucaiari⁸, que é como chamam os indígenas”⁹. Por sua vez, o Padre José Monteiro de Noronha que liderou expedições religiosas salesianas pela região na segunda metade do século XIX, acredita semelhantemente a Wallace que o nome “Caiari” ou “Ucaiari” seria o mais primitivo, pertence à língua dos índios Manaos e Barez tendo como significado literal “rio de água branca”. Tendo sido, porém, povoado em suas margens por índios de nação Uaupé, estes teriam nomeado o rio com o mesmo nome que posteriormente os europeus corromperam para “Goaupé”. Finalmente, temos a versão apresentada por Stradelli que esteve na região nos finais dos oitocentos; a sua posição diverge bastante das duas versões anteriormente apresentadas, pois, está mais atrelada à tradição mitológica das comunidades ribeirinhas; segundo a leitura de Stradelli feita por Câmara Cascudo (1936), um descendente de um poderoso tuxaua chamado “Buapé” que havia vivido provavelmente no século XVI acompanhou o naturalista em suas expedições e, de acordo com os relatos do índio, o nome do rio fora dado por seu antepassado que se auto-homenageando deu origem à nomenclatura que corrompida virou “Uaupé”. Trabalhos antropológicos demonstram que até hoje a lenda do chefe Buapé é recorrente entre as comunidades tradicionais do rio e esta ganhou mais força ainda depois da consolidação desta no texto de uma autoridade científica como Stradelli¹⁰.

⁸ É mais comum encontrar-se nas leituras que realizamos a forma “Ucaiari”, porém, Russel Wallace grafa com o acréscimo de um “a”, ficando, portanto, “Uacaiari”. Dessa forma, preferimos manter a forma empregada em sua obra original, não alterando de forma alguma o sentido pretendido pela discussão.

⁹ Cf.: WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 294.

¹⁰ Cf.: BRUZZI, Alcionilio. *A civilização indígena do Uaupés*. 2ª Ed. Roma: LAS, 1977. p. 12.

O início da colonização sistemática do vale do rio Uaupés remonta aos processos catequizadores realizados sob ordem da carta régia de 1694 que determinava aos Carmelitas a missão de catequizar toda a extensão do Rio Negro e dos seus afluentes. Destas primeiras missões surgiram os vilarejos de São Joaquim da Foz e São Jerônimo da Cachoeira. De acordo com Alcionillo (1997), “[...] o governo da metrópole, entrando em medo das incursões holandesas e espanholas, e com o desejo das *drogas* (os produtos naturais) se propusera a fundação sistemática de povoados ao longo de todo o Rio Negro”.¹¹ A primeira demarcação oficial dos territórios banhados pelo Uaupés até a divisa com a atual Colômbia se deu em 1784¹², quando se viu Portugal motivado pelas investidas territoriais espanholas decidiu oficializar os limites encarregando o general João Pereira Caldas de subir o Uaupés (última extensão do Rio Negro) acompanhado de representantes espanhóis; lá foi fundada a localidade de São Marcelino como presença portuguesa para o resguardo das fronteiras.

De acordo com a narrativa do próprio Russel Wallace, no período em que esteve na região o rio Uaupés atuava como um importantíssimo meio de escoamentos de mercadoria, principalmente porque permite a conexão com os países circunvizinhos, mormente a Venezuela, o Peru e a Colômbia. Como via de penetração para as regiões mais desconhecidas entre os rios Guaviare e Japurá os principais artigos que eram escoados constantemente pelo Uaupés eram: machados, facas, anzóis, pontas de flecha, sal, espelhos, contas e panos de algodão. Apesar da monetarização que já existia no período Imperial brasileiro, mesmo que de forma insipiente, Wallace destaca que o sistema de escambo era o mais praticado em toda a extensão do rio, até as regiões mais estruturadas economicamente no entorno da Cidade do Pará (atual Belém); dentro os produtos que entravam no sistema de trocas estão: a salsaparrilha, breu, farinha, fios traçados, redes, tamboretes, cestas, ornatos de penas e outros enfeites fabricados pelas comunidades indígenas uaupés.¹³

As leituras dos tantos relatos de viagem pelo Brasil entre os séculos XVIII e XIX pouco nos oferecem a respeito do trecho de afluência do Rio Negro que se nomeia hidrograficamente como Rio Uaupés, pois, até o início da segunda metade do século XIX somente três sistemáticas investigações científicas foram feitas para dar conta de registrar e

¹¹ Cf.: Idem. p. 18.

¹² Cf.: Ibidem.

¹³ Cf.: WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 304.

entender as naturezas desse rio e as características antropológicas dos povos adjacentes ao seu entorno: a do baiano Alexandre Rodrigues Ferreira em 1785, a de Alfred Russel Wallace entre 1851-52, a partir da qual nos vimos motivados para a pesquisa e escrita deste trabalho, e a do botânico inglês Richard Spruce, que em 1852 também subiu o Uaupés e chegou a encontrar-se com Wallace em diversos trechos da viagem.

Seria pouco interessante ou mesmo inapropriado ignorarmos os outros viajantes que chegaram a fazer trajeto semelhante ao de Wallace, mesmo que a sua narrativa sobre o Uaupés e seus povos seja dotada de características que não encontramos em outras produções científicas, pelo menos no seu período e sobre as quais discutiremos com mais detalhes posteriormente. Chegando à região de Mucura, ponto final de sua expedição, o naturalista galês deixa claro o quão significativo era para ele o fato de os seus serem os primeiros pés europeus a pisarem o solo do alto rio Uaupés¹⁴, em um trecho que para ele era praticamente desconhecido cientificamente e antes explorado nestes termos apenas pelo brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, sobre o qual incrivelmente não há uma só citação na obra de Wallace.

Ferreira nasceu em Salvador em 1756, ao quatorze anos foi enviado à Coimbra para cursar filosofia, lá ele teve contato com uma gama de saberes dentre os quais podemos citar a física, química, lógica, ética, metafísica, botânica, zoologia e mineralogia; formou-se e depois de dois anos de estágio probatório foi nomeado como professor titular da mesma universidade. A proeminência do seu trabalho chamou tanto a atenção do Ministro de Ultramar e Marinha, Martinho de Melo e Castro e da Rainha Maria I, que Alexandre Rodrigues Ferreira foi nomeado como chefe cientista das novas expedições no Brasil que estavam sendo projetadas pela coroa naquele momento.

A expedição que recebeu o nome de “Viagens Philosophicas” desembarcou no Pará em 1783 e prosseguiu viagem por um itinerário consideravelmente longo, passando pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Em setembro de 1784 Alexandre Rodrigues Ferreira e sua tripulação embarcaram em direção ao Rio Negro, aonde ele pretendia realizar três anos de investigação; em 17 de fevereiro de 1785 desembarcaram em Barcelos que até então era a capital da capitania de São José do Rio Negro.

¹⁴ Cf.: Idem. p. 222.

Segundo Cândido de Melo Leitão, o naturalista brasileiro não encontrou tantas dificuldades para transcorrer as cachoeiras do Uaupés como, por exemplo, Alfred Russel Wallace e Richard Spruce que praticamente tiveram suas jornadas interrompidas por motivos dos quais se destacam: o grau de complexidade da travessia dessas cachoeiras e a falta de indígenas e de mestiços dispostos ao serviço pesado¹⁵. Entendemos, nesse sentido, que as facilidades da jornada empreendida por Ferreira se deveram ao fato de que seu trabalho era diretamente apoiado pela coroa real, tanto financeiramente quanto burocraticamente e, assim, encontrar homens para auxiliar no serviço dispendioso de chegar aos recônditos mais inóspitos do atual Norte do Brasil não era uma tarefa tão fatigante assim.

Trechos dos relatos de ambos os naturalistas nos servem como ilustração para apoiar a afirmação anteriormente feita de que o apoio real ao trabalho de Rodrigues Ferreira tornou sua expedição muito menos complicada do que a de Alfred Russel Wallace, mesmo que a jornada deste último tenha sido realizada em um período aparentemente mais amparado por recursos técnicos. Vejamos o que diz Ferreira a respeito do sistema de pesca para a alimentação de toda a equipe envolvida nas suas “viagens filosóficas”:

Existem três pesqueiros certos por conta da Fazenda Real, para sustento da tropa do rio Negro e para a mesa da demarcação: o primeiro e mais antigo, o que está situado um dia de viagem, dentro da foz do rio Solimões, chamado do Caldeirão ou de Manacupuru, que é o do sustento da Guarnição do rio Negro; o que está no rio Amazonas, chamado de Poraquecoara, e o do Rio Branco são para sustento dos Empregados da Real Demarcação, que existe na Vila de Barcelos¹⁶.

De forma menos feliz Alfred Russel Wallace aparece no outro extremo: em uma expedição científica que dentre tantas dificuldades que são comuns a qualquer pessoa que se aventure em uma região desconhecida para si, acrescenta-se a escassez de apoio e de indivíduos disponíveis ao auxílio do naturalista¹⁷:

¹⁵ Cf.: LEITÃO, Cândido de Melo. *História das explorações científicas no Brasil*. **Brasiliana**. Série 2. Volume 209. p. 206. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-das-exploracoes-cientificas-no-brasil>. Discutimos no próximo capítulo a forma como Wallace entende as dificuldades que ele encontrou para conseguir homens livres para o auxílio das tormentosas travessias das cachoeiras do Uaupés mesmo mediante o pagamento de “escambo”.

¹⁶ Cf.: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Conselho Federal de Cultura: 1972. p. 28.

¹⁷ Mais adiante discutiremos a mentalidade de Wallace em relação ao comportamento “corrupto” dos brasileiros miscigenados com portugueses que se apresentou como um dos maiores empecilhos para o transcurso bem sucedido das suas incursões.

Na manhã seguinte, quando estávamos prontos para embarcar [para Jauaretê], demos pela falta de mais um índio. Ele aproveitara a escuridão da noite para desaparecer. Procurá-lo, seria inútil. Tínhamos a certeza de que ele estava na maloca de Uacará, pois havia insistido muito conosco para que fizéssemos ali uma parada, no dia anterior. Entretanto, se fôssemos lá perguntar por ele, todos os moradores negariam ter qualquer conhecimento de seu paradeiro e saberiam escondê-lo de nossas vistas. Também este recebera pagamento integral, completando assim três ex-tripulantes que largaram o barco no meio da viagem. Convenhamos que não era lá um início dos mais promissores...¹⁸

As citações extraídas dos relatos dos dois naturalistas não se apresentam como uma simples comparação em ânsia de enaltecer uma expedição em detrimento da outra, mas, sobretudo para exemplificar as particularidades do contexto de cada uma delas. Tanto Ferreira quanto Wallace representam uma intenção de sua época que era o conhecimento natural e/ou humano das regiões estudadas, como parte de um contexto macro de expansão das ciências naturais como abordado anteriormente, mas, que no caso do naturalista baiano encontrava um suporte muito mais sólido que era o financiamento e a logística do estado português de Dona Maria I para o cumprimento do seu projeto.

Rodrigues Ferreira chegou ao Rio Negro no início de 1785, percorrendo-o de Barcelos até a fronteira, trecho no qual investigou por apenas dez dias o Rio Uapês; sua viagem de volta se deu pelo Rio Branco até a serra de Canauaru também conhecida como Nevada; voltou a Barcelos em 1788 quando deixou o Rio Negro para iniciar sua exploração pelo Rio Madeira.

Diferentemente do texto de Alfred Russel Wallace que serve de base para as investigações deste trabalho conclusivo, as “memórias” de Alexandre Rodrigues Ferreira se configuram essencialmente como um relatório técnico bastante pragmático, no qual o espaço para reflexões e discussões é suplantado pelas infindáveis listas de nomenclaturas de espécies e de características geofísicas. Sua obra completa é composta de dezesseis capítulos, dos quais o V e o IX dizem mais respeito aos nossos interesses, pois, discorrem de forma mais direta sobre as análises da fauna, flora e geografia do alto Rio Negro, aonde se localiza o afluente chamado Uaupés, que por seu turno elegemos como o espaço físico da nossa discussão histórica.

¹⁸ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 215. Grifo Nosso.

No quinto capítulo intitulado “Memória sobre a Jurararetê”¹⁹ Ferreira realiza um exercício de “historicização” das formas de utilização desse réptil pelas comunidades situadas no entorno do Rio Negro e dos seus afluentes, dando enfoque ao processo de caça e aos usos culinários. Parte interessante é a recuperação realizada por ele a respeito do decreto do Governador Joaquim Tinoco Valente que em 1769 já havia proibido a caça desregrada e o desperdício da carne deste animal tão precioso para os habitantes da região e para a economia. Tal proibição não mais valia em 1785 quando Ferreira esteve por lá, e havia sido substituída pelo estabelecimento de “currais”²⁰ da Fazenda Real para o controle da captação desses animais da forma considerada correta até então. Vale salientar, porém, que o interesse do Estado no estabelecimento de normas e limites para a caça às Jurararetê não se deveu absolutamente por preocupações ambientais, mas, pelo combate às práticas indígenas do uso da carne e da banha das tartarugas de por estas não se inserirem num contexto de interesses comerciais, sendo “desperdiçados”²¹, como afirma o próprio Alexandre Ferreira.

Por sua vez, o nono capítulo da “Viagem Filosófica” debruça-se sobre o estudo da classe dos mamíferos dos territórios do Amazonas, do Madeira e do Rio Negro numa tentativa de comparar suas investigações a de outros naturalistas a respeito dos mesmos indivíduos. Com exceção de uma pequena introdução em que ele trata de situar a classe dos mamíferos e os principais estudos em relação à mesma, todo o resto do capítulo debruça-se sobre o gênero primata e desvela suas características físicas, seus hábitos, disposição geográfica e sua constituição moral. Mas, “moral” em que sentido? No sentido literal de fato, pois, Alexandre Rodrigues Ferreira inclui os humanos no estudo genérico sobre os primatas, o que de fato era muito comum para a época, pois, no campo do naturalismo oitocentista não é tão difícil encontrar cientistas que possuem uma visão bastante utilitarista dos indivíduos, a ponto de

¹⁹ Cf.: FIORI, Marlon Marcel; MORAES, Eulália Maria Aparecida de. *Do Assado de Jurararetê a Manteiga de Ovos: As Memórias de Alexandre Rodrigues*. In: **Anais Congresso Internacional de História - Universidade Estadual de Maringá**, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/317.pdf>. Os indígenas amazônicos do século XIX chamavam de “Jurará-uau” ou “retê”, jurararetê ou jurará-açu a espécie de tartaruga que atualmente a zoologia classifica como *Podocnemis expansa* ou mais popularmente tartaruga amazônica.

²⁰ Não há nenhuma descrição por parte de Alexandre Rodrigues Ferreira a respeito do modo como funcionavam os “currais” para a captura de tartarugas no Uaupés. Por sua vez, Alfred Russel Wallace distingue passo a passo o processo de pesca usando-se esse método. Cf.: WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 297. Atualmente esse sistema ainda é usado, evidentemente de forma mais sofisticadas. A título de observação Cf.: BAHIA, Natália Cristina Fidelis; BONDIOLI, Ana Cristina Vigliar. *Interação das tartarugas marinhas com a pesca artesanal de cerco-fixo em Cananéia, litoral sul de São Paulo*. **Biotemas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 23 (3). Nº 203-213, setembro de 2010.

²¹ Cf.: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Conselho Federal de Cultura: 1972. p. 41.

não dedicar ao *Homo sapiens sapiens* (leia-se aqui o dos trópicos) uma posição no mínimo de destaque aos demais de seu mesmo gênero como hoje é usual no campo das ciências naturais. Vejamos a partir da própria fala de Rodrigues Ferreira como ele percebe os tipos humanos “brasileiros” sobre os quais descreveu:

O homem natural ficou sendo o objeto das observações dos naturalistas. A sabedoria ligada à sua alma, a docilidade e o ensino, formam o caráter essencial de sua espécie. A diversidade de sua cor, os diversos lugares em que habita, os seus usos e faculdade corporais, indicam que, como em outros animais, também a sua espécie apresenta variedades. Neste sentido, o índio Tapuia é uma delas.²²

Ao lermos esse trecho fica bastante clara para nós a posição do naturalista a respeito do ser humano amazônico; incluído na caderneta do pesquisador o nativo é visivelmente taxado como “uma espécie” de ser humano, possuidor de dotes morais, mas, mesmo assim passível de se tornar objeto de estudo devido ao seu grau de “civilização”. O termo “homem natural” é taxativo no sentido de mostrar que esse tipo de ser humano se encontra nas florestas, nos rios e aldeias e não nas universidades ou palácios europeus.

Partindo deste lugar de fala, Alexandre Rodrigues Ferreira expõe no seu relatório os principais elementos da constituição física dos indivíduos amazônicos, julga os comportamentos morais dos mesmos e por fim elabora um panorama dos sistemas políticos adotados pelos mesmos. Para tal, o naturalista propõe uma recuperação das principais produções europeias e brasileiras a respeito dos indígenas, desde os quinhentos até os seus contemporâneos, apontando as lacunas e as contribuições que estes deram para o campo dos estudos naturalistas sobre as comunidades nativas do Brasil²³.

Como entre os discursos e a práticas muitas vezes encontramos certa distância, na obra do cientista baiano não poderia ser diferente: toda aquela variedade de produções, constituições físicas e costumes morais citadas por ele e comparadas à mesma variedade existente entre outras espécies não aparece de fato na descrição das etnias indígenas com as quais teve contato. Ferreira os classifica genericamente de “Tapuias”, esquecendo algo que Alfred Russel Wallace teve o cuidado de fazer: esforçar-se para trazer ao texto o máximo da diversidade étnica dos indígenas do Uaupés, sem reduzi-las a uma mesma nomenclatura ou submeter os elementos culturais dessas tradições a um esboço que tenta julgá-los moralmente.

²² Cf.: Idem. p. 74

²³ Cf.: Idem. p. 81-108

As comunidades do Rio Uaupés, por exemplo, aparecem na obra de Ferreira mescladas com outras tantas nações indígenas do baixo e alto curso do Rio Negro, sendo dessa forma, um empobrecimento das identidades e das historicidades desses povos. Previamente deixamos evidente que a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira é de fato um relatório científico como o fora solicitado pela coroa real, não tendo um interesse mais profundo de tornar a Amazônia e os amazônicos um espaço de debate como outros viajantes o fizeram. Isso, porém, não desclassifica tal trabalho, ao passo que sua expedição, principalmente pelo Rio Negro e o seu afluente que nos interessa nessa produção, o Uaupés, ganharam pela primeira vez certa visibilidade por parte dos saberes científicos institucionais que hoje, para nós, é fonte de pesquisa sobre os discursos e práticas mais diversos que foram sendo tecidos a respeito dessas regiões ao longo do tempo.

Ainda no hall dos viajantes cujas obras brasileiras estão começando a sair do limbo tal como a de Alfred Russel Wallace, temos Richard Spruce, considerado um dos mais importantes botânicos ingleses que além de ter explorado a flora de diversas localidades do condado de Yorkshire, aonde nasceu, e de ter pesquisado nos Pirineus mesmo com sérios problemas de saúde, empreendeu uma viagem de mais de quatorze anos pela Amazônia brasileira e estrangeira. Por suas descobertas no campo da ciência botânica Spruce foi nomeado como membro permanente do Jardim Botânico Real Inglês, o Kew. Segundo Mark Seaward (2000), os biógrafos e estudiosos da obra do botânico ainda são resistentes em afirmar com convicção um motivo principal que o tenha levado a empreender sua viagem tão dificultosa à América do Sul, pois, em seus escritos ele não deixa claro e não há nenhuma referência na documentação do Jardim Botânico inglês a respeito da oficialização de sua jornada científica²⁴; fato é que Richard Schultes, etnobotânico estudioso da obra de Spruce considera que o inglês é sem sombra de dúvidas um divisor de águas na história da botânica, pois, suas explorações por regiões ainda desconhecidas cientificamente como os Pirineus e a Amazônia acrescentaram inúmeros novos paradigmas ao campo em questão²⁵.

A viagem de Spruce tem certa relação com a de Alfred Russel Wallace, pois, além de ambos os naturalistas terem subindo o Uaupés em momentos diferentes, o irmão mais novo do galês, Herbert Wallace, foi possibilitado de vir ao Brasil por intermédio de Spruce para

²⁴ Cf.: SEAWARD, Mark R. D. *Richard Spruce, botânico e desbravador da América do Sul. História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 7. Nº 2. Rio de Janeiro. Julho/Outubro 2000.

²⁵ Ibidem.

recolher as coletas zoológicas, botânicas e antropológicas feitas pelo irmão até aquele momento para levá-las à Inglaterra, este, porém, teve um triste destino ao ser acometido de febre amarela e ter morrido pouco depois.

O botânico inglês chegou à costa do Pará em 1855 a bordo do navio *Britannia* e no período que aqui permaneceu explorou o vale do Rio Amazonas e seus diversos tributários como: o Trombetas, o Rio Negro, o Uaupés, o Casiquiari, o Pacimoni, o Huallaga e o Pastava, além das corredeiras do Orenoco, e a parte oriental dos Andes no Peru e Equador, aonde teve sérios problemas alfandegários para transportar espécies de plantas nativas para a Europa²⁶.

A obra spruciana intitulada *Notas de um botânico no Amazonas e nos Andes* foi editada e publicada em 1908 pelo próprio Alfred Russel Wallace que lhe acrescentou além de notas explicativas importantes uma introdução biográfica do colega botânico a quem apreciava bastante. A segunda edição (a de Wallace) diferencia-se da primeira principalmente porque a narrativa é menos fluída, pois, é intercalada por cartas bastante extensas trocadas entre Spruce e outros cientistas e observações de Wallace. Richard Schultes (1970 *apud* Seaward) considera que as limitações editoriais pelas quais passou a obra do botânico inglês durante tantos anos, empobreceram grandemente as suas ideias que hoje são tão importantes para a base da ciência etnobotânica. Por esse motivo, preferimos ler a edição de Wallace do texto de Spruce, a mais próxima do livro original publicado em 1885.

As considerações do cientista inglês a respeito do Rio Uaupés e de suas comunidades são tão pouco extensas quanto às de Alexandre Rodrigues Ferreira, anteriormente citadas. Com exceção das descrições técnicas botânicas do vale do Uaupés e dos seus caudatários, principalmente em relação às espécies de palmeira que são as mais comumente encontradas na região, Spruce dedica todo o capítulo XXVII a um estudo minucioso das ocorrências rupestres no entorno da Cachoeira de Jaurité²⁷ no Uaupés e este nos serve como importante fonte para compreendermos seus discursos sobre os indígenas “Ananases”, habitantes da região.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Alfred Russel Wallace já havia tido contato com essas mesmas pinturas rupestres e inclusive, tal como Spruce, fez questão de registrá-las, só não realizou análises mais cuidadosas sobre estas como fez o colega inglês. Cf.: WALLACE, Alfred Russel. *Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 216.

Comparando as inscrições rupestres do Uaupés com as tantas outras vistas e registradas por ele no Rio Casiquiari e nos Andes peruanos, o naturalista elege-as como as mais bem elaboradas, bem como as de mais fácil compreensão: “The best executed figures, however, I have met with, and the only ones about which I could make out any extant tradition, are in the river Paapun's, which enters the Uaupes from the south at Jauarite caxoeira [...]”.²⁸ Dentre outras questões, Spruce registra as experiências mais importantes que teve ao estudar tais inscrições rupestres. Selecionamos dois dos mais interessantes para entendermos a relação entre o naturalista e os povos indígenas.

Uma importante conexão que encontramos na escrita de Richard Spruce e Alfred Russel Wallace é o fato de estes usarem pouco ou quase nenhum julgamento em relação à fala dos próprios nativos. Vejamos o que diz o inglês a respeito das inscrições rupestres encontradas no topo de uma rocha:

The most distinct figures are on the top of a rock which rises perpendicularly by the highest fall, and cannot be reached without risk. They were engraved by a young woman who was lamenting the death of her mother, for whose epitaph they were probably intended. Day by day she sat on the rock engaged in her task, while her fast-falling tears ceased not to mingle with the cataract. Thus months passed away, until one day the maiden, worn with grief and fading almost to a shadow, fell over the rock and disappeared among the roaring breakers at its base.²⁹

Spruce não cita de que forma tomou conhecimento da história da moça indígena enlutada; evidentemente algum outro nativo o explicou a lenda nativa e, sem qualquer discussão ou questionamento o naturalista reproduz a pequena narrativa tal qual lhe fora contada. Numa mistura de fatos que parecem ser verídicos e elementos aparentemente mitológicos a explicação para a existência daqueles desenhos parecem claramente lógicos para ele. Para uma época em que ainda não havia uma sistematização dos estudos arqueológicos e antropológicos a respeito de culturas rupestres, Spruce contribui para a

²⁸Cf.: SPRUCE, Richard (Org. Alfred Russel Wallace). **Notes of a Botanist on The Amazon and Andes**. Londres: Macmillan, 1908. p. 482. “As mais bem executadas figuras, de qualquer forma, que eu encontrei, e as únicas sobre as quais eu poderia decifrar qualquer tradição existente, estão no Rio Paapun, que entra no Uaupes a partir do sul da cachoeira de Jauarite”.

²⁹Cf.: Idem. p. 483. “As mais distintas figuras estão no topo de uma rocha que se ergue perpendicularmente pela maior queda, e não pode ser alcançado sem qualquer risco. Elas foram gravadas por uma jovem que estava lamentando a morte de sua mãe, para cujo epitáfio provavelmente foram destinadas. Dia após dia, ela se sentou na pedra envolvida em sua tarefa, enquanto as lágrimas que caíam rápido não cessaram de se misturar com a catarata. Assim meses passaram, até que um dia a moça, desgastada com dor e desaparecendo quase em uma sombra, caiu sob a rocha e desapareceu entre os rugidos da rebentação na base desta”.

compreensão da relação entre aqueles desenhos e o cotidiano das comunidades em torno do rio que tal como a maioria das tradições rupestres estudadas até o presente trazem em sua conotação menos sentidos enigmáticos e/ou místicos do que cenas corriqueiras e habituais do cotidiano desses povos.

A leitura de partes da obra do botânico Richard Spruce sobre o rio Uaupés e suas comunidades humanas oferece elementos que de certa forma se cruzam com traços da escrita de Alfred Russel Wallace, principalmente no tocante a forma de ler os indígenas e de falar sobre eles. Destacamos aqui uma posição em comum aos dois naturalistas que abre uma série de possibilidades de discussões com os autores que enveredaram pela compreensão da relação complexa entre indígenas e europeus, desde o período quinhentista até o final do século XIX.

Ao chegar a outro conjunto de inscrições rupestres sobre as quais Spruce tinha sérias dúvidas a respeito de seu significado de forma clara, ele resolveu apelar para os indígenas que o acompanhavam como amparo no conhecimento das regiões íngremes do vale do Uaupés. O diálogo com os índios, porém, não foi tão simples como possa parecer:

As I sketched, I asked the Indians, "Who had made those figures, and what they represented?" but received only the universal reply of the Indian when he cares not to tell or will not take the trouble to recollect, "Quien sabe, patron?" (" Who knows? "). Hut [sic] I understood enough of Barre to note that in their talk to each other they were saying, "This is so-and-so, and this so-and-so". "Yes", I struck in, "and don't you think this is so-and-so?" Thus led on, I got them to give their opinion of most of the figures. About some they were quite certain; about others they would only speculate.³⁰

Estudando a respeito do papel de Bartolomé de las Casas em seu diálogo com os ameríndios no século XVI, Hector Buit (1995)³¹ já havia chamado a nossa atenção para as possibilidades de existirem atalhos e desvios do quais os nativos se utilizavam para escapar do foco de atenção e “apreensão” dos colonizadores, através de pretensos esquecimentos,

³⁰ Cf.: Idem. p. 476- 477. “Como eu esbocei, perguntei os índios, ‘Quem fez esses desenhos, e o que eles representavam?’ , Mas recebi apenas a resposta universal do índio, quando ele não se importa de dizer ou não se dá ao trabalho de lembrar, ‘Quien sabe, patrono?’ (‘Quem sabe?’) porém eu entendi o suficiente de Barre para notar que, em sua conversa um ao outro eles estavam dizendo: ‘Este é assim e assim, e isso assim e assim.’. ‘Sim’, eu captei, ‘e você não acha que isso é assim e assim?’ Dessa forma continuou, eu pegue-os para dar a opinião deles sobre a maioria das figuras. Sobre algumas eram muito certos; sobre outras eles apenas especulavam”.

³¹ Cf.: BUIT, Hector. *A Imagem lascasiana do índio*. In: **Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos**. Campinas: Ed. Unicamp. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 152.

dúvidas forjadas, enganações e até mentiras de fato; todo esse conjunto de práticas, Bruit chamou de “resistência sub-reptícia” ou “silenciosa”. Maneiras inteligentes encontradas pelos nativos para ao mesmo tempo alimentar a crença europeia na sua estupidez e inocência e conseguir escapar de situações desvantajosas para si. Mesmo que o enfoque dado por esta tese seja três séculos anteriores à recuperação dessa problemática no século XIX é de importância ímpar para nossa discussão com a obra de Spruce. Evidentemente que a mentalidade de um europeu em relação a um indígena dos quinhentos é completamente distinta do que ele pensa sobre um nativo dos oitocentos, porém, continua sendo uma constante relação de “zonas de contato”, como diria com mais autoridade Mary Louise Pratt.³²

Também Alfred Russel Wallace se insere nesse debate, mas, a partir de outro ângulo: ele chama a atenção para o fato de que os europeus possuem uma gana de receber dos nativos as respostas que querem ouvir e, por isso mesmo, acabam induzindo por pressão o indivíduo a confirmar muitas vezes nem aquilo que sabe. Seria interessante ver as próprias palavras do naturalista a respeito disso:

Sempre que inquiri os índios acerca de diversos assuntos, tomei a preocupação de evitar que minhas perguntas fizessem com que eles acabassem por adquirir noções ou idéias errôneas. Eles estão sempre dispostos a afirmar que já viram aquilo que a gente gostaria que tivessem visto. Ademias, respondem “sim”, sem a mínima hesitação, quando não compreendem nada do que lhes foi perguntado. Desse modo, muitas vezes obtive deles determinadas informações posteriormente desmentidas por pessoas que estavam inteiramente a par dos assuntos a que eles se referiram.

³³

Em duas situações bastante parecidas os dois personagens históricos lançam mão do arcabouço discursivo que trazem consigo. Na fala de Wallace ele prefere recorrer a uma explicação bastante comum de ser encontrada entre aqueles que já escreveram a respeito dos nossos nativos: o paradigma russoniano da inocência dos homens *in natura*. Ele não cogita aquilo que Spruce percebeu com muita facilidade, o fato de o índio demonstrar incerteza ou certeza demais a respeito de determinado tema pode ser uma estratégia de encerrar qualquer diálogo enfadonho com os brancos ou que possivelmente pudesse-os prejudicar de alguma

³² Cf.: PRATT, Mary Louise. *Introdução: crítica na zona de contato*. In: **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999. p. 27.

³³ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 300.

forma. Wallace opta por enxergar nisso uma atitude que era fruto da naturalidade do índio e não de sua astúcia para “conflitar” com os outros vindos da Europa.

Apesar de certa presença do Estado Real e da Igreja, a região do Uaupés se encontrava no século XIX como uma parcela do território amazônico ainda desconhecida em termos científicos. Alexandre Rodrigues Ferreira, pondo à parte toda a limitação da sua pesquisa sobre o vale Uaupés que aparece esparsamente com destaque em seus registros, foi o brasileiro pioneiro ao tornar este vale um espaço de investigação científica. Alfred Russel Wallace pode ser considerado o grande nome desbravador desta região entre a primeira e a segunda metade dos oitocentos, pois, sistematizou e expandiu a produção de conhecimento sobre o Uaupés e seus povos, abrindo espaço para tantos outros naturalistas que depois dele subiram novamente este rio tão encachoeirado para acrescentar mais conhecimento além do já produzido. E Richard Spruce, cuja contribuição ímpar para a análise da flora e das culturas humanas do Uaupés se encontra em pé de igualdade a Wallace, ao passo que foi seu contemporâneo e contribuiu grandemente para a troca de conhecimentos sobre a região com o galês.

Nossa abordagem está limitada ao trabalho de Ferreira e Spruce no vale do Uaupés, tendo em vista que são respectivamente o predecessor e o imediato sucessor de Wallace como investigadores do Uaupés. Pretendemos nesse capítulo fazer uma recuperação de saberes sobre o espaço geográfico estudado com o cuidado de não cairmos no reducionismo temático ou na limitação de horizontes metodológicos. Entender de que forma o Uaupés foi percebido, investigado e dito por outras figuras proeminentes do campo de conhecimento no qual nosso personagem se situa é um exercício positivo e necessário, por se tratar de algo que é próprio da história: o diálogo entre fontes diversas.

CAPÍTULO II

2. O vale do Rio Uaupés nas narrativas de Alfred Russel Wallace

Alfred Russel Wallace é o oitavo de nove filhos, nasceu em 1823 em um pequeno vilarejo chamado Llandoc, próximo de Usk no País de Gales. Devido aos problemas financeiros da família precisou desde muito cedo trabalhar com o irmão mais velho na construção civil. Toda a sua formação foi na área técnica de engenharia e somente em 1843 é que teve os primeiros contatos com a história natural quando conheceu Henry Walter Bates no Collegiate School em Leicester, onde estava trabalhando após um longo período de desemprego. Nesse ínterim, a entomologia passou a ser uma das grandes paixões de Wallace, que, inspirado em Bates começaria a desenvolver uma grande coleção de insetos, e palmilharia numerosos clássicos da História Natural, tal como *Vestígios da História Natural da Criação* (1844) de Robert Chambers, *A Viagem do Beagle* (1839) de Charles Darwin e *Princípios de Geologia* (1830-1833) de Charles Lyell.

Desde que teve contato com as primeiras páginas dos relatos brasileiros de viajantes europeus, Wallace foi impactado pelas ricas descrições sobre o meio, o homem e os costumes dos trópicos. É sintomático que da sua cidade natal no País de Gales ele tenha motivado-se a vislumbrar a “realidade” desses textos viajando também ao Brasil, jornada que aconteceu em 1848 a bordo do navio *Mischief* na companhia de Walter Bates, que a época já era um grande estudioso da história natural e da entomologia.

Segundo o próprio Wallace (1979) foi o texto de Willian Edwards, *Uma viagem subindo o Rio Amazonas* (1847), que alavancou seu desejo de conferir com os próprios olhos as maravilhas que estavam presentes nos relatos com os quais ele tanto se deleitou desde sua juventude³⁴. Numa época em que houve uma grande emergência da história natural, como nos diz Louise Pratt (1999), as novas estruturas do conhecimento e a exploração continental motivavam um grande número de intelectuais a se interessarem pelo desenvolvimento dos seus saberes fora da Europa, seu único espaço de atuação até então.

³⁴ Cf.: Idem. p. 11.

A chegada de Wallace ao Brasil em Maio de 1848 gerou-lhe tanto impacto quanto as leituras que havia feito de Humboldt e Edwards, porém, um impacto inverso: o espaço natural brasileiro não parecia de fato com aquele que estava registrado de maneira maravilhosa nas obras dos seus predecessores. Wallace pôde perceber o que hoje nós enxergamos mais criticamente: toda produção intelectual sobre qualquer que seja o objeto de estudo está diretamente imbricada pelos interesses e visões individuais, é o que Moreira (2009) estudando os relatos de viajantes oitocentistas chama de “olhar estrangeiro”³⁵ ou o que De Certeau (1982), numa linguagem mais historiográfica, vulgarizou como o “lugar social” daquele que detém a fala³⁶; portanto, as análises no campo da história dos relatos de viagem deveriam levar em consideração especialmente os fatores que condicionaram determinado intelectual a chegar à suas proposições interpretativas. O posicionamento de Wallace em relação à “fantasia” que circulava nas linhas dos textos de viajantes é fundamental para ilustrar tais questões;

Minhas anteriores excursões haviam-se limitado à Inglaterra e a um curto passeio pelo continente europeu, de sorte que tudo aqui para mim deveria ter o encanto de perfeita novidade. Eu nunca tive, entretanto, tão grande e tão completo desapontamento. A temperatura não era tão ardente, os costumes do povo não eram lá tão esquisitos, nem mesmo a vegetação era tão espantosa, como eu havia imaginado e conjecturado durante o tédio de uma viagem marítima.³⁷

Mesmo com esse desabafo aparentemente frustrado, em outros momentos o naturalista deixa claro que o Brasil se apresenta para ele como um mundo realmente novo, pois, os trópicos conhecidos por Wallace apenas nas linhas dos relatos precisavam de fato ser explorados e o foram a partir das diversas faces assumidas pelo coautor da teoria da seleção natural³⁸: a face de entomólogo, a de ornitólogo, a de antropólogo, e até mesmo a de

³⁵Cf.: MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. *Os Relatos dos Viajantes Estrangeiros no Brasil Oitocentista: Possibilidades Historiográficas*. In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20, 2009, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: UESC, 2009.

³⁶Cf. CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

³⁷Cf. WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 6.

³⁸ É muito raro encontrarmos referências que deem a Wallace o mesmo *status* de “pai da seleção natural” que Darwin recebeu a partir de seus louros na academia londrina. De fato, segundo seu biógrafo, Alfred Russel Wallace apresentou seu ensaio sobre a variedade das espécies de acordo com os esquemas geógrafos paralelamente a Charles Darwin, porém, este recebeu maior apoio da academia francesa por fatos que até ainda não são totalmente conhecidos e que merecem uma reflexão mais aprofundada. Tal debate, porém, não compete às intenções desta produção monográfica. Cf.: SMITH, Charles H. **Alfred Russel Wallace: A Capsule Biography**. Disponível em: <http://people.wku.edu/charles.smith/index1.htm>.

historiador. A obra de Alfred Russel não pode de modo algum ser estudada de forma generalizante, pois, cada interesse assumido por cada uma dessas faces demonstra posicionamentos que vão desde um intelectual de um período em que as teorias eurocêntricas ainda estavam em voga até um pensador que assume posturas contrárias à valorização da Europa em detrimento do Novo Mundo.

A expedição de Alfred Russel Wallace ao vale do Rio Uaupés foi a última grande jornada feita por ele no Norte do Brasil antes de voltar para a Europa depois de quatro anos de trabalho de pesquisa sobre a fauna, flora e as comunidades humanas habitantes desta parte do Brasil, ainda considerada aquele momento como desconhecida e por ser explorada. A primeira cidade banhada pelo Uaupés onde o naturalista galês desembarcou foi São Jerônimo no dia 21 de Fevereiro de 1952, cinco dias depois que havia partido de São Joaquim, ainda no entorno do Rio Negro.

Entendemos que os estudos investigativos do naturalista na subida do Uaupés podem ser classificados como o segundo grande trabalho de intuítos científicos tendo esta região como objeto de estudo, tendo em vista que a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira abarcou em 1785 o Uaupés até a cachoeira de Inaporé³⁹ como evidenciamos no capítulo anterior.

A leitura do diário de Wallace deixa claro o quanto a viagem de exploração do Uaupés e sua região motivava-o desde quando ele ainda planejava a sua vinda ao Brasil. O desejo pelo mais “desconhecido”, por aquilo que nenhum outro viajante europeu teve acesso ou registrou acrescentava à sua curiosidade sobre o Novo Mundo um desejo ainda maior. Em alguns trechos de sua escrita estas afirmações são bem mais evidentes, tal como na passagem a seguir que faz parte do capítulo descritivo das comunidades aborígenes do alto Uaupés:

Durante minhas viagens, não me recorde de outro fato para mim tão novo e surpreendente, e que de modo tão completo satisfizesse todas as minhas expectativas [sic], do que o do meu primeiro encontro com os legítimos selvagens do Rio Uaupés. Embora já estivesse há 3 anos nessa terra, havendo encontrado índios de todo tipo de tez e nos mais diversos estágios de civilização, senti que por fim entrara de chofre no meio de algo inédito e

³⁹ Alfred Russel Wallace usa outro termo para se referir à mesma cachoeira em sua obra: “Panoré”. Porém, tanto um termo como o outro parecem ser corruptelas de “Ipanoré”, o nome correto segundo Eugênio Amado, tradutor da obra de Wallace. Cf.: WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 227.

chocante, como se tivesse sido subitamente transportado para um país longínquo e desconhecido!⁴⁰

Entrando em contato com aquilo que é completamente novo, o naturalista consolida as suas tantas divagações sobre o Brasil e seu povo, fruto da leitura dos textos escritos por outros viajantes anteriores a ele e que o impulsionaram de forma instigante a sair da monotonia europeia para se aventurar em lugares desconhecidos, tudo isso é relaciona-se diretamente com a possibilidade real de entrar em contato com a “novidade” e com o “maravilhoso”, catalisadores da relação identidade/alteridade. O fato de Wallace estar adentrando em uma região brasileira que nunca havia sido explorada cientificamente por outro europeu, nos possibilita vislumbrar o impacto causado pela sensação de “descobrir”, “conhecer” e “divulgar” as novidades por ele encontradas e registradas.

No começo da sua narrativa o naturalista galês demonstra toda a sua frustração ao perceber que o Novo Mundo tão maravilhosamente desenhado nos relatos dos seus predecessores não era tão diferente da Europa que ele conhecia. Porém, a região do alto Rio Uaupés dava a ele como que uma sensação de dever cumprido, de ter desbravado algo novo, de ter dado à Europa (que ele trazia junto consigo) o conhecimento a respeito de uma região do Novo Mundo realmente nova, condizente com as fantásticas narrativas dos relatos de viajantes lidas por ele.

A segurança com a qual Wallace descreve sua frustração ao chegar ao Pará e não encontrar tudo aquilo que construiu na mente a respeito do Brasil e a partir de suas leituras, não limita o texto do viajante galês à uma simplificação inevitável. Ele submete estas questões a um debate interessante que diz respeito as formas de se narrar o Novo Mundo e, como o conhecimento *in loco* da região pode oferecer muito mais “maravilhas” aos olhos do cientista do que a leitura de um clássico mergulhado em hipérboles. Este incerto de seu texto demonstre a ideia que pretendemos construir:

Os encantos de uma região vão-se revelando pouco a pouco, à medida que contemplamos as diversas partes que a compõem, e à proporção em que nossa educação e nossos hábitos nos permitem compreendê-los e admirá-los. [...] Desse modo quando os viajantes agrupam numa única descrição todas aquelas maravilhas e novidades que levaram semanas para observar, acabam por produzir uma impressão errônea no leitor, fazendo com que este

⁴⁰ Idem. p. 291.

experimente um enorme desapontamento se por acaso tem a oportunidade de visitar o local.⁴¹

Estas e outras posturas dos viajantes europeus parecem ter incomodado bastante Wallace, pois, ele retorna a estes termos em mais de duas vezes durante toda a sua obra. Aliás, “vícios” europeus que, segundo ele, chegaram inclusive a corromper os nativos da terra são uma constante no combate que o galês faz às posturas “preconceituosas” com os americanos. A respeito das “faces” assumidas por ele para buscar compreender a Amazônia e os amazônicos, uma delas se destaca na escrita de seu relato de viagem: a moral.

2.1. A corrupção europeia e a análise moral dos amazônicos.

Todos os trechos da viagem de Wallace, seja pelo Pará, pelo Tocantins ou subindo o Rio Negro até o Uaupés eram realizadas com o auxílio de diversos indígenas e “brasileiros” (como ele chamava os que não eram indígenas “puros”), lhe permitindo traçar as rotas corretas e transpor as famosas e dificultosas corredeiras presentes no curso de todo o rio. Não são novidade os conflitos vivenciados por Wallace para conseguir homens que se dispusessem a seguir viagem com ele da forma necessária precisava e seguindo os acordos de pagamento que ele firmava; a todo tempo o naturalista insistia no fato de que as comunidades indígenas em toda a extensão que vai do Pará até o vale do Amazonas na altura de Barra (atual Manaus) eram completamente corrompidas pelo desejo de ganhar bugigangas das mais diversas daqueles que contratam os seus serviços de remadores, pescadores, caçadores e vigias. Vejamos a narrativa de um dos muitos problemas vivenciados por ele a respeito dessa questão:

Outros três índios que já haviam recebido pagamento adiantado não compareceram ao embarque. [...] Um deles era Antônio, aquele meu antigo piloto. Encontrei-o no momento em que chegava de seu sítio. Ao ver-me, foi dizendo que só poderia seguir comigo se eu adiasse a partida por mais alguns dias! Propus-lhe então que mandasse em seu lugar um de seus cativos, [...] Ele concordou prontamente, e eu até que achei bom, pois Antônio era um desses índios chamados ladinos, ou seja, “astutos”. Sabia falar português;

⁴¹ Idem. p. 18-19.

mas, por outro lado, eu tinha bons motivos para suspeitar que ele não passava de um refinado ladrão.⁴²

No capítulo anterior citamos de forma indireta através da obra de Hector Bruit, o dominicano quinhentista Bartolomé de Las Casas que, dentre outros trabalhos, escreveu diversos tratados, sermões e obras completas com o intuito de combater o sistema espanhol de bestialização e escravidão dos nativos ameríndios. Além do perfil “engajado” do religioso ficou para a história também a visão que alimentava a respeito dos indígenas: o conceito de índio “puro”, “inocente”, “folha em branco” e passível de ser corrompido por sociedades já em estado de pecado e corrupção. Lembrar Las Casas praticamente nos encaminha a recuperar o pensamento de Rousseau a respeito das mesmas questões; o filósofo francês é até hoje apropriado como um dos alicerces do anticolonialismo, ao passo que, no seu modelo de sociedade utópica pensou em indivíduos propensos a viver em sistemas econômicos comunais, sem apego aos bens e preocupados unicamente com a sobrevivência coletiva. A eleição do ameríndio como “modelo” pela teoria rousseauiana é clara e, tal como em Las Casas, a “romantização” exacerbada do índio contribuíram para um tipo de preconceito que muitas vezes não se percebe como tal.

Toda essa digressão tem como intuito atualizar nestas linhas o trabalho clássico de Antonello Gerbi, *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*, que nos oferece um grande quadro da história das ideias que construíram as tantas imagens sobre a América e os americanos que ultrapassaram a história e ainda hoje são revisitadas na constante relação de alteridade a qual estamos submetidos quando vamos emitir qualquer tipo de discurso sobre “o diferente”. Defendemos a concepção de que o discurso de Alfred Russel Wallace em comparação aos outros discursos de sua época aponta e muitas vezes faz presente novas formas de perceber os indivíduos a respeito dos quais está estudando; a biografia do naturalista de Llandoc não revela seu contato com qualquer literatura nos moldes rousseauianos, mas, indica a presença forte da visão romantizada do nativo e do seu enaltecimento, em detrimento das práticas “viciosas” e moralmente degradantes dos europeus que transmitiram a esses “homens da floresta”, como Wallace os chama.

Outras passagens de sua narrativa voltam a esse debate e acrescentam novas informações sobre o perfil de homem nativo da qual o naturalista é caudatário. Em citação

⁴² Idem. p. 213.

precedente mostramos o quando o contato do cientista com as comunidades quase desconhecidas do alto Uaupés satisfizeram-no ao ponto de o próprio ter considerado este momento como o auge de sua viagem que durou quatro anos. Da mesma forma, ele demonstra a sua decepção ao conhecer comunidades nativas que revelavam traços fortes de anteriores e da atual presença do homem europeu:

Nas vizinhanças da civilização, o índio perde a maior parte de seus costumes típicos, modificando seu estilo de vida, sua arquitetura, seus hábitos e sua linguagem, adquirindo os preconceitos da civilização e adotando os ritos e cerimônias da religião católica romana. Tornando-se logo um ser diferente daquele que constitui o genuíno habitante da selva. E quando a sua cultura civilizada não passa de uma tintura leve e superficial, seria lícito perguntar se tal indivíduo, em última análise, não passaria de um pobre diabo abastardo e degenerado... Pois é este o estado dos índios encontrados pela maior parte dos viajantes nas margens dos rios amazônicos do Brasil, da Venezuela e do Peru.⁴³

Vale a pena salientar que o termo “degenerados” usado aqui por Wallace diz muito mais respeito ao processo de contato e apropriação de costumes estranhos aos nativos do que mesmo à concepção de “degeneração” oriunda da antiga zoologia buffoniana, que na segunda metade do século XIX já se encontrava praticamente superada pela nova zoologia darwiniana. Reconhecer a colonização política, econômica, mas principalmente cultural empreendida pela Europa desde os quinhentos é dar um grande passo em direção às rupturas mentais pelas quais o mundo ocidentalizado estava se inserindo gradativamente. Possuir, mesmo que minimamente, a feição de europeu oitocentista na sua escrita é algo praticamente inevitável para um homem desse período, mas, buscar enxergar o “outro” a partir da direção inversa à tradicional o coloca em uma posição de ruptura no seu tempo.

São muitos os fatos interessantes a respeito das práticas, crenças e organização social dos povos uaupés que encontramos na tessitura do relato oitocentista. Comparando a forma como Wallace descreve a fase final de sua exploração científica no Brasil com as demais viagens que fez pelo Pará, Tocantins e o baixo vale do Rio Negro nos inquieta ao passo que no Uaupés teve mais dificuldades (inclusive de saúde) para transpor as corredeiras e por isso, menos tempo para o exercício do ofício de naturalista pelo o qual evidentemente veio se aventurar durante quatro anos no Brasil; apesar de tudo é sobre esse trecho da expedição que Alfred Russel Wallace escreve de maneira mais empolgada e detalhada. Tomamos a liberdade

⁴³ Idem. p. 291.

de interpretar esse questionamento como recorrente ao que já fora citado anteriormente: o Uaupés como a parte mais “desconhecida” da Amazônia o instigava de maneira incomparável e, portanto, muito mais motivadora do que as outras regiões aonde coletou e catalogou muito mais espécies.

A cada cachoeira transposta uma perda de homens, mantimentos ou mesmo prejuízos ao próprio barco e a cada parada proporcionada por esses incômodos o contato com as mais diversas pessoas, tanto indígenas quanto brasileiros ou europeus sobre os quais Alfred Russel Wallace registrou em seu diário. Seleccionamos para recuperar do seu texto as narrativas que mais nos falam sobre o objeto central desta pesquisa que é entender essa figura histórica a partir de seus contatos com a natureza e o homem dos trópicos.

Apropriando-se novamente de Michel de Certeau partimos do pressuposto de que a narrativa sobre o passado nada mais é do que a tessitura de traços a partir de um gênero textual narrativo que é repleto de impressões, julgamentos e intenções oriundas do lugar social do falante, é na leitura cuidadosa desses trechos que vamos encontrando as mais diversas faces do naturalista galês que citamos previamente e que elegemos como uma das grandes motivações para a pesquisa.

2.2. Práticas e discursos religiosos: o caso do jurupari ou a “música-do-diabo” e as lendas populares.

As diversas religiões e práticas de crença, incluindo tanto as tradicionais como o catolicismo sincrético que encontrou principalmente no Pará, despertaram um interesse em particular de Alfred Russel Wallace desde o início de sua viagem. Por isso, muitos trechos de sua narrativa são dedicados ao detalhamento das formas de culto e das festividades sagradas com as quais se deparou ao longo dos seus quatro anos de permanência no Brasil. No vale do Rio Uaupés em particular ele pôde conhecer, registrar e discorrer a respeito dos costumes religiosos diversos e curiosos para os olhos de um europeu.

O caso do jurupari ou “música-do-diabo” é um exemplo sintético da forma como um europeu, até então habituado a presenciar cultos que gravitavam em torno da liturgia cristã, se

vê completamente transportado para um mundo desconhecido aonde os costumes e crenças trazem consigo o elemento “fantástico”. Discursos invariavelmente preconceituosos sobre as práticas culturais ameríndias nos oitocentos ou nos séculos anteriores são lugares comuns, por isso, narrativas que partam de lugares de fala menos etnocêntricos como a de Wallace merecem a dispensa de uma atenção especial por parte dos historiadores, principalmente no momento em que vivemos na historiografia, aonde as mudanças de paradigmas são realidades palpáveis, mas, também bastante maleáveis.

Reporto-me aqui ao que afirma François Hartog (1999) quando afirma que a narrativa de viagem se estrutura sobre o binômio conceitual inversão/tradução, aonde o indivíduo sempre lança mão da estratégia da comparação para inverter o “outro” ao seu mundo e assim poder traduzi-lo aos seus pares⁴⁴. Em alguns trechos da narrativa de Wallace é possível encontrar confirmações ao pensamento de Hartog, porém, em se tratando das práticas religiosas o naturalista sempre manteve uma postura relativamente neutra ao colocar muitas vezes os discursos dos próprios nativos na sua narrativa. Afinal, como se deu o contato de Wallace com a “música-do-diabo”?

Chegando ao rio Jauaretê, um dos caudatários do Uaupés, o naturalista galês e sua tripulação tiveram sérios problemas para transpor a cachoeira do Caruru, por esse motivo precisaram pedir ajuda ao Cacique⁴⁵ da aldeia mais próxima para que este lhe enviasse homens que pudessem auxiliar na travessia da corredeira, entretanto, a ajuda não foi oferecida de imediato e a tripulação teve que se acomodar na própria aldeia, pertencente à tribo dos “ananases”.

A narrativa da permanência na aldeia que durou cinco dias começa pela arquitetura das malocas geometricamente decoradas e dos rochedos com motivos rupestres encontrados por ele às margens do rio. Sempre que encontrava registros “artísticos” rupestres Wallace fazia questão de registrá-lo e sobre estes dedicou um pequeno capítulo no apêndice de sua obra, intitulado “Das Gravuras Rupestres Amazônicas”. Sua descrição prossegue a partir do contato que teve com a culinária dos índios ananases especializada em pacus pretos e a sua primeira experiência com a degustação do caruru, uma erva quase aquática usada

⁴⁴ HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 229-230.

⁴⁵ Durante toda a sua narrativa Wallace não utiliza o termo “cacique”, mas, “Tuxaua” o que claramente parece ser um sinônimo.

costumeiramente como chá pelas comunidades próximas ao Jauaretê e por fim, o ápice deste trecho da viagem que foi a experiência de ouvir e ver pela primeira vez a manifestação musical religiosa do jurupari. Deixemos o próprio Wallace detalhar o acontecido:

Foi aqui também que vi e ouvi pela primeira vez o jurupari, isso é, a “música-do-diabo”. Aconteceu durante uma festa em que havia caxiri. Um pouco antes de escurecer, ouviu-se um som de trombones e fagotes que vinha do rio em direção à aldeia. Pouco tempo depois, eis que surgem oito índios, todos soprando um certo instrumento muito parecido com um fagote de grandes dimensões. Havia 4 pares de tamanhos diferentes. O som que produziam, conquanto primitivo, era bem agradável de ouvir-se. Os instrumentos eram tocados simultaneamente, todos executando a mesma melodia simples. Com isso, esses índios revelavam um gosto mais apurado para a música do que os de qualquer outra tribo que conheci. Os instrumentos são feitos de cascas de árvores enroladas em espiral, tendo boquilha de folhas.⁴⁶

Até este ponto da narrativa os tais instrumentos musicais e a música produzida por eles parecem não tão exóticos, já que tantas outras comunidades nativas possuem o costume de animar as suas festividades com instrumentos feitos de forma artesanal com matéria-prima retirada da natureza. A novidade estava por vir: às qualquer mulher da aldeia era vetada completamente a visão ou mesmo a audição de um desses instrumentos, caso contrária poderia ser punida com a morte por envenenamento; o que mais chocou Wallace foi saber que casos de pena capital para mulheres infratoras já havia sido aplicadas naquela aldeia e inclusive por pais que condenaram e executaram suas próprias filhas.

De que forma um europeu, mesmo sem se declarar diretamente ligado a qualquer doutrina religiosa, agiria ao conhecer uma tradição indígena como esta? Em casos mais ortodoxos os ananases seriam condenados como homicidas e irracionais ou no mínimo seriam tomados por primitivos, estúpidos ou ignorantes. E a postura de Russel Wallace? O naturalista não submete a prática do jurupari a nenhum juízo ou comentário doutrinador, ao contrário, se interessa por adquirir a qualquer preço um daqueles instrumentos exclusivo do gênero masculino:

Obviamente, fiquei ansioso para comprar esses instrumentos, especialmente e, virtude da superstição relacionada com eles. Assim, fui falar com o Tuxaua. Ele prometeu vender-me alguns na minha viagem de volta, mas com

⁴⁶ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 217.

a condição de que fossem embarcados a alguma distância da aldeia, a fim de que não houvesse qualquer perigo de serem vistos pelas mulheres.⁴⁷

Na obra que nos serve como fonte básica, *Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro*, Wallace apresenta outros tantos contatos que teve com práticas religiosas do Brasil, tal como as procissões católicas do Pará ou as festas indígenas regadas a caxiri às margens do Rio Negro na altura da atual Manaus, em cada uma ele descreve experiências diferentes sem força comparações depreciativas com a tradição cristã europeia.

Da mesma forma que podemos discutir na obra de Wallace a respeito do discurso europeu sobre as práticas religiosas do Novo Mundo, também é possível encontrar a fala dos próprios indivíduos estudados por ele sobre a mentalidade religiosa europeia. Na viagem de volta descendo o Uaupés, o naturalista precisou estabelecer-se em um pequeno vilarejo do qual não descreve o nome, pois, pela frente teriam que enfrentar cachoeiras perigosas e só com um bom especialista no comando da canoa o transportaria em segurança, por isso, se hospedaram durante a noite na casa do remador para que a viagem prosseguisse normalmente na manhã seguinte. Essa estadia daria a Wallace a oportunidade de dialogar com a esposa e as filhas do seu novo ajudante e, dentre outros temas, conversaram a respeito de questões de espiritualidade.

O primeiro assunto gira em torno do destino e da morte e para exemplificar seu posicionamento a senhora contou a Wallace a lenda do homem que tentou ludibriar a morte se disfarçando como criado da casa para evitar sua partida para o além na data que estava estabelecida. Sem a possibilidade de levar consigo o homem que estava destinado, a morte se contenta em tirar a vida de um criado que estava na cozinha trabalhando, ironicamente era o dono da casa tentando se disfarçar. A história foi contada de tal modo que a narradora parecia expressar uma crença convicta de que a moral expressa parábola era inevitavelmente verdadeira para qualquer que seja a pessoa. Ela completa dizendo: “Como o Sr. pode ver, quando chega a hora de alguém, ele vai embora mesmo. Nem médico e nem o que quer que seja pode adiar esse momento”.⁴⁸ Wallace deixa transparecer suas dúvidas sobre tal certeza

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Idem. p. 239.

fatídica de que a vida de cada indivíduo humano está traçada pelo destino: “Não julguei conveniente contestar seu ponto de vista...”⁴⁹.

O interessante deste diálogo não está de fato na lenda contada pela mulher ou muito menos na descrença de Wallace no destino que a morte determina para cada pessoa e sim no decurso da conversa que encaminha os interlocutores a um pequeno debate sobre tradições religiosas. A festividade de São João havia sido comemorada há dois dias atrás e Russel Wallace chama atenção para a prática tradicional de se acender fogueiras nesta data quando a mesma senhora o interpela se ele teria conhecimento de que não só os humanos comemoram os santos juninos pulando fogueira, mas que também os animais o fazem. Nosso personagem responde negativamente e pede explicações mais claras para tal afirmação, a mulher assim o responde:

- Foi no ano passado – disse ela –, um dia depois do São João. Meu filho saiu para caçar e voltou para casa com uma cutia e uma paca, ambas completamente chamuscadas ao longo da barriga. Todos pudemos ver que os bichos tinham passado dentro da fogueira na noite anterior. - Mas quem é que fez a fogueira para os bichos? - perguntei. – Foi Deus, ora! – respondeu a mulher. Observei-lhe então que as únicas fogueiras que se [sic] vêem acesas na floresta são aquelas ateadas por mãos humanas, mas ela imediatamente refutou minha objeção, perguntando triunfalmente: - E por acaso existe alguma coisa impossível para Deus?⁵⁰

Mesmo dialogando com uma pessoa aparentemente religiosa, para a qual certos inquéritos muito lógicos não fazem muito sentido, Wallace não trava um debate extenso que vise deturpar a opinião da mesma. Para ele é claro que as histórias contadas não passam de tradição oral popular, que para o povo é importante e para ele como investigador também, pois, nos revela as formas de pensar sobre a vida, o pós-vida e os fatos que rodeiam os indivíduos humanos no seu cotidiano.

Ao final do diálogo com a mulher do seu remador Alfred Russel constata um fator importante na tradição daquele povo, que é a recepção constante dos discursos católicos a respeito de diversos assuntos, mas, principalmente sobre outras tradições religiosas como o protestantismo. Na segunda metade do século XIX a religião de Lutero já havia sido divulgada por muitos lugares do mundo e já estava presente inclusive no Brasil, por isso mesmo, é interesse conhecer a opinião de um indivíduo amazônico do período:

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

Logo em seguida ela franziu o cenho e disse que eu talvez fosse um desses protestantes que não acreditam em Deus e na Virgem. Isso encerrou de vez em questão. Fiz questão de informa-lhe, entretanto, que os protestantes, via de regra, acreditavam em Deus e frequentavam a igreja. Isso ela não sabia, pois, segundo me falou, sempre ouvira dizer exatamente o contrário.⁵¹

O poder do discurso católico para a depreciação da religião que tradicionalmente disputa consigo a posse dos fieis é claramente perceptível na fala da amazônica. Wallace não se mostra surpreso, afinal, desde que havia chegado ao Pará três anos atrás convivera com uma tradição religiosa católica bastante forte, por se tratar da região que foi primeiramente catequizada no que hoje conhecemos como Norte do Brasil.

2.3. Caracterização geral das comunidades do vale Uaupés: localizações, economias, alimentação e práticas.

Na terceira parte deste capítulo que discorre propriamente sobre o contato do naturalista Alfred Russel Wallace com os povos habitantes do vale do rio Uaupés, último afluente do grande Rio Negro em direção à atual Colômbia, pretendemos apresentar as diversas características que a referida parte da sua extensa obra nos oferece a respeito dos indivíduos com os quais conviveu, conheceu e trocou experiências por aproximadamente um ano.

O próprio Russel Wallace admite que as informações detalhadas fornecidas por ele não estão perfeitamente completas, pois, sua viagem subindo o Uaupés limitou-se até a localidade de Mucura, próximo a Uaracapurí. E também o naturalista indica seu estudo como limitado às comunidades que habitavam à margem do rio e dos seus afluentes e nos trechos frequentados pelos comerciantes do baixo Rio Negro, portanto, é evidente que com informações coletadas a partir de entrevistas com homens do comércio Wallace só poderia oferecer um apanhado lacunar de quais e quantas comunidade humanas nativas povoavam a região estudada. Para não incorrer no reducionismo à nossa fonte básica, comparamos as listas de tribos oferecidas ao final da obra wallaciana com o detalhado estudo antropológico das

⁵¹ Ibidem.

comunidades do Uaupés realizado na década de 70 por Alcionilio Bruzzi, anteriormente já citado.

As disparidades que encontramos entre os dois textos não são tantas, mas, nos servem sempre como alerta para as falhas de que qualquer fonte histórica está passível de incorrer, principalmente ao se tratar de literatura de viajantes, pois, estes escreviam em situações atípicas aos seus costumes e depois de meses de viagem e de investigação intensa os limites humanos começam a se sobrepor ao ideal da exatidão científica. Alfred Russel Wallace dá provas do que anteriormente afirmamos, ao passo que na parte final de sua jornada, prestes a desistir da subida no Uaupés até a fronteira, ele reflete sobre as limitações do naturalista em seu trabalho de campo, devido a submissão às situações mais extremas, como a fome, o cansaço, os problemas com temperatura e de que forma tudo isso pode influenciar sobre a própria escrita do relato de viagem.

Exemplificando este assunto, Alfred Russel narra problemas com a contagem do tempo com as quais ele se deparou durante a jornada. Dia após dia viajando por regiões inóspitas o naturalista perde inclusive a noção do tempo que é algo tão essencial para alguém que está interessado em registrar cada detalhe que se passa ao seu redor. Um pequeno trecho da reflexão do galês é suficiente para ampararmos nossas proposições:

Conversando com o Sr. Agostinho, constatei que nossas contagens de tempo estavam defasadas em um dia, tanto no que se referia ao dia do mês, quanto no que se referia ao dia da semana. A contagem errada deveria ser a minha, já que havia permanecido três meses lá no alto curso do rio. Durante toda a viagem, porém, eu tivera o cuidado de anotar cotidianamente tudo o que acontecia, não podendo de modo algum compreender como teria cometido tal erro. [...] São frequentes os casos de negociantes que passam meses e meses nas aldeias indígenas sem ver uma única pessoa civilizada. Ao regressarem para casa, constatam estar com 2 ou 3 dias de atraso em seu calendário.⁵²

Esta pequena digressão que realizamos tem como intenção realizar o constante exercício que cabe ao historiador: dessacralizar a sua fonte e submetê-la ao diálogo com outros textos, na intenção de questioná-lo como uma voz do passado e não como o passado pleno em si. Nesse ínterim, trazemos a listagem das comunidades tradicionais do Uaupés feita por Wallace e indicamos as discordâncias com o trabalho de Bruzzi:

⁵² Idem. p. 226-227.

1) No trecho principal do Uaupés Wallace registrou 14 comunidades: Queianás em São Joaquim, Tarianas em São Jerônimo, Ananases em Jauaretê, Cobéuas na cachoeira de Caruru, Piraiurus, Puças, Carapanãs na cachoeira de Jurupari, Tapuras, Uaracus em Juqueíra, Coídas, Tocandiras, Jacamis, Miritis e Omauas; No Rio Tiquié o naturalista galês identificou: os Macunás, Taiaçus, Tijucos e Arapaçus; No Rio Apaporis ele encontrou os Tucanos, Uacarás, Pirás e Deçanas; No Quiriri as comunidades indígenas eram: os Ipecas, os Jis e os Cauás. Quanto ao Rio Cuquiari Wallace lista os Coró-corós, Bauanas e os Tatus. Nos Rios Paraná Canici e Juqueíra são listadas as tribos dos Tanibucas e dos Mucuras, respectivamente.

2) Baseando-se nos estudos de Bruzzi detectamos que:

2.1) Alfred Russel Wallace confunde o nome de dois rios: em vez de Rio Apaporis que é afluente do Japurá e não do Uaupés, ele deveria estar se referindo ao Papurí que realmente é afluente do Uaupés e aonde há registro da presença dessas tradições: Tucanos, Uacarás, Pirás e Deçanas.

2.2) Na lista de Wallace aparece o Rio Queriri que, segundo as notações de Bruzzi, não condiz com a localização exata por rios das comunidades nativas do vale do Uaupés. Como afluente deste rio não se conhece nenhum outro com a denominação Queriri, existe sim o termo Iquiari, mas, este é uma segunda forma de nomear um outro rio que é o Içana. Porém, Bruzzi sugere que a nomenclatura pode ser uma corruptela de Querari que é sim um afluente da margem esquerda do Uaupés, mas, aonde não se conhece a ocorrência de nenhuma tradição indígena como as que afirmou Wallace: Ipecas, Jis e Cauás.

2.3) Por fim, outro desencontro entre as descrições de Alfred Russel e os levantamentos antropológicos de Alcionillo Bruzzi é com relação ao Rio Paraná-Canici ou Canici Paraná. Vasculhando os relatos de viagem dos contemporâneos ao naturalista europeu e mesmo de alguns outros estudiosos posteriores, não foi encontrada nenhuma ocorrência quanto a qualquer rio amazônico que tenha recebido esse nome, mesmo aqueles cuja nomenclatura modificou-se com o passar do tempo não condizem com o termo usado por Wallace.⁵³

Dito isto e considerando as possíveis lacunas dos relatos numéricos e das nomenclaturas do *Viagens pelos rios Amazonas e Negro* a respeito das tribos indígenas do

⁵³ Cf.: BRUZZI, Alcionilio. *A civilização indígena do Uaupés*. 2ª Ed. Roma: LAS, 1977. p. 36-37.

Uaupés, sendo esclarecidas a partir do cruzamento com outras bibliografias entendemos que não compromete em nada as informações que Wallace nos traz a respeito das mesmas.

Ao discutir anteriormente a historicidade do nome com o qual é chamado o rio que nos serve de recorte espacial, destacamos o cuidado do entomólogo de lembrar que apesar da consciência que os muitos europeus tinham em relação à grandiosa diversidade de tradições, etnias e culturas no entorno do Uaupés, era muito comum generalizar tais povos sob o título único de “os uaupés”. É notório que tal prática, apesar de extremamente preconceituosa e prejudicial ao conhecimento das peculiaridades de cada tipo humano nativo, estava ligada ao pragmatismo do sistema administrativo da coroa imperial brasileira.

Nosso personagem histórico esteve presente em um importante momento da história política do Império do Brasil na sua porção que hoje chamamos de Norte: a criação da Província do Amazonas e a elevação da Vila de Barra do Rio Negro ao título de cidade sob o nome de Manaós. De acordo com Maria Ugarte Pinheiro (2005), o início do florescimento urbano da região de Barra na segunda metade do século XIX favoreceu o desenvolvimento de uma vida social e econômica intensa, que por sua vez, contribuía para a eclosão de diversas manifestações sociais, dentre elas o “movimento cabano” que vai de 1830 a 1840. A oficialização da nova província em 1850 alterou também a política para os indígenas, que não estando muitos ainda sob o controle político do Império ofereciam no ver das elites um risco para o progresso caminhante⁵⁴.

Wallace registra o processo de burocratização da figura do indígena nas conjunturas políticas da nova província do Amazonas que lança mão do controle dos tuxauas ou caciques por meio da famosa política da “boa vizinhança”. O novo governo provincial necessitava ganhar para si as comunidades nativas de todo o curso do Rio Negro e do Uaupés que ainda eram em grande parte desconhecidas e livres, pois, seus aldeamentos eram fundamentais para a logística econômica do transporte das mercadorias, que subiam e desciam o rio constantemente em conexão com os países vizinhos. Para tal, o governo de Manaós organizava várias festividades para teatralizar junto com os tuxauas uma harmoniosa união entre o Estado Brasileiro e as lideranças indígenas. No trecho a seguir trecho ele cita a forma

⁵⁴ PINHEIRO, Maria Ugarte. *Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920*. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16978>>.

como o governo da recém-criada província sistematizava o contato com os chefes de tribos para solidificar o domínio sobre as regiões ainda insubmissas ao governo:

Esse tenente [Jesuíno], um mestiço muito ignorante, fora para cá enviado pelo novo governo de Barra, incumbido de levar para a Capital todos os tuxauas (chefes) dos rios Uaupés e Içana, a fim de que recebessem diplomas e presentes.⁵⁵

Em outro trecho percebemos que muitas vezes a abordagem feita aos chefes e comunidades fugia à política do “pão e circo” e eram de fato baseadas na violência:

Cheguei a Uaracupari neste mesmo dia [25 de março de 1852], mas não pude prosseguir sem um piloto, pois as cachoeiras a jusante desta aldeia eram muito perigosas. Entretanto, quase não havia homens na aldeia, pois os Srs. Jesuíno e Chagas haviam levado consigo todos os que encontraram, a fim de ajudá-los no ataque que iriam desfechar contra a tribo dos carapanãs. O objetivo do ataque era conseguir uma boa quantidade de mulheres e meninos para presentear uns amigos em Barra.⁵⁶

As práticas alimentares dos uaupés são outro elemento de extremo interesse por parte da escrita wallaciana. Como é de praxe o estranhamento em relação a costumes estranhos de outras culturas, ele deixa clara a dificuldade com a qual se deparou para adaptar-se principalmente aos hábitos alimentares da região, mas, constantemente buscando no paladar europeu as correspondências para tais alimentos exóticos: “Aqui experimentei pela primeira vez o caruru, uma erva que cresce nos rochedos à beira do rio. [...] Quando ferventada lembra bastante o espinafre”⁵⁷. Uma das experiências que seu texto deixa entrever como uma das mais marcantes na sua viagem foi a sua primeira degustação caxiri na comunidade dos Tarianas, esta é uma conhecida bebida indígena obtida pela mistura de raízes amargas com o suco da mandioca, usado habitualmente em rituais religiosos, dadas as suas propriedades excitantes:

O caxiri estava excessivamente gostoso, em verdade (muito embora a raiz da mandioca, com a qual é feito, seja mascada por uma boa porção de índias velhas), e eu muito agradei à mulher do tuxáua, esvaziando a cuia que ela me ofereceu e dizendo-lhe, então, que a bebida estava *purangaretê* (“excelente”).⁵⁸

⁵⁵ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 224.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Idem. p. 217.

⁵⁸ Idem. p. 209. Grifo do Autor.

Entre o contato com uma bebida produzida de forma exótica para os seus hábitos e o desejo de não demonstrar o estranhamento comum ao contato com o “outro”, Wallace se previne de não emitir qualquer comentário que pudesse ser interpretado como repulsivo. A sentença exposta entre parênteses “ *muito embora ..*” é imediatamente acompanhada de um ato de total aprovação ao gesto de degustar algo produzido com ervas mascadas por senhoras da tribo e que ainda produz alteração de sentidos quando ingerida. O policiamento na sua escrita é um elemento presente durante toda a narrativa do galês, como indivíduo de seu tempo as reações à práticas tidas como incomuns são evidentes, mas, acompanhadas pela intencionalidade de transparecer uma postura em grande parte compreensiva e aberta ao novo.

Os hábitos alimentares são elementos tão importantes para compreender as sociedades que em qualquer narrativa de caráter “etnográfico” os encontramos largadamente e com papel de destaque. Foi assim quando Heródoto descreveu os egípcios de seu tempo, é assim nos moldes antropológicos vigentes até hoje e não foi diferente na análise de Alfred Russel Wallace sobre os indígenas do Rio Uaupés. Além do exotismo da alimentação, outro ponto que parece determinante no conhecimento das práticas desses povos é a predominância de determinados itens alimentares sobre outros, o que claramente incomodam o naturalista, ao passo que a quase obrigatoriedade de se acostumar com estes transparece no seu texto. A seguinte citação, apesar de um pouco extensa é essencial para capturar os elementos da fala do nosso personagem que denotam sua relação de inversão/tradução como dizia François Hartog (1999) citado anteriormente neste mesmo texto:

Afinal de contas, fui obrigado a chegar à conclusão de que as suas variadas preparações de mandioca e de água é que constituem, na verdade, o seu único alimento. Uma vez por semana, mais ou menos, arranjam um pouco de peixe ou uma ave.

Isso, porém, tem que ser repartido entre tantas pessoas, que serve somente como uma variedade ao pão de mandioca. Meu caçador, quando saía para o mato, nunca levava consigo qualquer outra coisa mais, a não ser um saquinho de farinha seca. Quando voltava, após ter estado quatorze horas na canoa, sentava-se em sua rede, e ali ficava a palestrar, como se o seu sentido estivesse muito longe de pensar em comer.

E daí, quando lhe traziam uma cuia de mingau, muito calmamente o comia, parecendo ficar deveras satisfeito somente com esse alimento. Com isso só, ficava pronto para partir de novo rumo da floresta, antes do romper da manhã, no dia seguinte. Todavia, ele parecia ser tão vigoroso e tão resistente

como o próprio John Bull⁵⁹, que come diariamente succulenta carne de vaca ou de carneiro.⁶⁰

A falta de variabilidade na dieta dos “brasileiros” de acordo com o modelo europeu, apesar de incomum e inapropriada é possível e passível de ser compreendida pelo viajante, que mesmo recorrendo à sua constante figura de linguagem comparativa não exclui as diversas possibilidades de vivências que estas culturas podem oferecer. Um traço tão “banal” para a análise de nós mesmo como é a alimentação, sujeita ao espaço de “zona de contatos” redimensiona-se como caráter preponderante para a construção do sujeito sobre o qual se fala.

Sem a mínima pretensão de abarcar todos os sentidos que permeiam a produção da obra brasileira do naturalista Alfred Russel Wallace, pretendemos finalizar este capítulo dando espaço a um dos itens que mais prenderam nossa curiosidade durante o período de pesquisa e leitura sobre nosso objeto e, que revelam um aspecto interessante da intelectualidade deste indivíduo: sua inventividade e curiosidade por ressignificar traços presentes nas literaturas científicas que palmilhadas por ele serviram como impulso para a empreitada que realizou ao sair de seu país para conhecer novos mundos. ’

Ao final do capítulo que dedica às caracterizações gerais dos indivíduos e comunidades que conheceu ao longo do curso do Uaupes, Wallace quebra sua descrição minuciosa com um debate no mínimo curioso a respeito das tantas teorias criadas desde o século XVI a respeito da famosa lenda das amazonas. Como nosso texto vem discorrendo desde o seu início em diálogo com os pertinentes conceitos de Hartog (bem como com outros teóricos) não há nada mais pertinente do que cruzar mais uma vez evidências do texto de Wallace com proposições do primeiro.

Como é muito perceptível, um conceito chave que ancora a nossa construção do personagem oitocentista Alfred Russel é o de narração de viagem enquanto um exercício constante de inversão/tradução, este binômio da obra de Hartog é fundamental para dar mais consistência a outro importante conceito ao qual recorreremos que é o de “zonas de contato” da linguista Mary Louise Pratt, a nosso ver “simplista”, ao passo que não esmiúça as tantas

⁵⁹ Apesar de pesquisa realizada não foram encontradas referência a respeito deste personagem citado por Wallace. A título de compreensão da intenção de sentido de sua escrita, tomamos tal como referência aos costumes europeus de se alimentar fartamente de carne.

⁶⁰ Ibidem.

possibilidades de continuidades e descontinuidades que podem ocorrer em um espaço de diálogo entre culturas distintas.

Para ilustrar aquilo que está tentando transmitir ao seu leitor, François Hartog revisa a conhecida lenda das amazonas em sua possibilidade mais antiga que é de origem grega (não recuperada no texto Wallace). De acordo com suas inferências, a cultura grega no que concerne as determinações de masculino e feminino se sustenta sobre uma polaridade rígida aonde está de um lado a guerra e do outro o casamento, a primeira destinada inevitavelmente aos homens como própria definição do seu ser masculino e o segundo como definidor da identidade feminina. Pensar, portanto, uma sociedade como a das amazonas é realizar uma radical inversão de papéis aonde as mulheres se transferem do campo do casamento para o da guerra e fatalmente excluem os homens destes. Tendo o monopólio do papel de guerra sobre o casamento que em uma sociedade patriarcal como a grega é impensável de se associar à figura masculina sem seu correspondente feminino. Citando Estrabão e Diodoro, Hartog apresenta duas possibilidades para a dúvida que resta em relação ao destino do casamento, que de modo algum pode ser excluído, pois, quando o grego pensa a sociedade das amazonas ele busca correspondentes na sua própria estrutura polarizada do ser homem e mulher. Se estas guerreiras assumem um caráter naturalmente masculino o que resta para o casamento? a) Estas mulheres vivem cotidianamente sem homens, mas, mantêm relações sexuais com homens de um povo vizinho, os gargareus, uma vez por ano com o intuito de gerar apenas prole do sexo feminino, em caso de meninos os pais são obrigados por elas a levá-los e criá-los; b) As amazonas se casam de fato, mas, são os homens que assumem os papéis domésticos tradicionalmente femininos. Para Diodoro, porém, a dicotomia guerra/casamento é tão inevitável que estas permanecem sem relações sexuais enquanto estão em combate, depois que engravidam são levadas a se estabelecer no lar.⁶¹

É notório que esta pequena digressão nem de longe consegue dar conta do complexo debate realizado por Hartog a respeito de tais questões, porém, ela é interessante quando a conectamos com o texto wallaciano, que apesar de ter sido produzido em uma época muito anterior possui de forma interessante pinceladas da estrutura de pensamento do historiador francês. Tal como este Wallace tece sua descrição pela via da inversão e dá uma interpretação

⁶¹ HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 232-233.

interessante para o fato de a lenda das amazonas ter ganhado tanto fôlego a partir das tantas descrições de viajantes de diferentes épocas que passaram pela Amazônia.

Discorrendo sobre o tarianas e tucanos, tribos do baixo curso do Uaupés, Russel Wallace destaca o fato de inúmeros traços do comportamento próprio de cada gênero se encontram invertidos a partir do seu olhar nas tradições dessas comunidades. O uso dos ornatos mais exuberantes é exclusividade dos homens, enquanto as mulheres se enfeitam, mas, de forma bastante comedida com relação aos seus maridos e pais; o cuidado excessivo com o cabelo é característico também do sexo masculino que se caracteriza pelo uso de longas tranças, detalhadamente produzidas e lustradas com produtos oleosos da natureza, às mulheres resta apenas o lavar de sua cabeça e nada mais.

Foi a partir destas características que “[...] lhes dá [aos homens] uma aparência inteiramente feminina, que mais se acentua por causa do pente que invariavelmente trazem espetado no alto da cabeça, dos seus enormes colares e braceletes de contas e da cuidadosa depilação [...]”⁶² que Wallace supôs a origem do mito das mulheres guerreiras amazonas. Tendo sido avistados estes índios de feições femininas pelos primeiros viajantes a pisar em solo amazônico e colaborando a enorme criatividade e o hiperbolismo característico desse tipo de narrativa que, segundo o naturalista, é em muito prejudicial ao conhecimento *in loco* dos espaços narradas por viajantes posteriores, teria se originado o mito tão comentado durante anos. O trecho da obra que lança mão de tais questões é o seguinte:

Baseado nessas considerações, estou plenamente convencido de que a história das amazonas originou-se da aparência feminina desses guerreiros, encontrados pelo primeiro viajante que os viu. O que me levou a essa opinião foi exatamente a primeira impressão que tive ao avistá-los, quando me foi preciso chegar mais perto deles para constatar que se tratava de homens. Se eles estivessem usando escudos, ninguém seria capaz de imaginar que não estaria na presença de mulheres, já que esses protetores são empunhados de modo a cobrir-lhes todo o tronco. Por conseguinte, temos apenas de supor que, no passado, tribos de costumes semelhantes aos dessas que hoje vivem no Rio Uaupés habitassem as margens do Amazonas, nos pontos onde teriam sido avistadas as tais mulheres guerreiras.⁶³

Dois fatores são interessantes de serem detectados nessa empreitada de Wallace por racionalizar um mito que tanto incomodou os intelectuais de sua época e de outras: o

⁶² WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 299.

⁶³ Idem. p. 299-300.

caminho de interpretação das práticas de gênero das comunidades indígenas em questão que evidentemente não estavam nem um pouco preocupadas em entender o que é próprio do homem e o que é da mulher, dado que estes papéis são determinados de forma relativa a cada sociedade e incorporados de forma tão naturalizada que somente um indivíduo externo se preocuparia em tentar entendê-las, mas, entendê-las de que forma? Pelo caminho da comparação com o próprio lugar de falar do “eu” com o “outro” e a tradução para seus interlocutores do “diferente” por meio da “inversão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução à sua obra *“O Naturalista no Rio Amazonas”*, Henry Walter Bates, amigo pessoal de Charles Darwin e de Alfred Russel Wallace, que como anteriormente citado esteve junto com este durante a viagem de Londres até Belém e em alguns trechos da jornada pela Amazônia, deixa claro com que objetivos ambos vieram se aventurar nos trópicos: Wallace desejoso de solucionar os debates travados a partir das hipóteses darwinistas sobre a questão da origem das espécies, pretendia coletar dados de História Natural na margem dos rios amazônicos e estudá-los na Europa para possíveis confirmações ou refutações às proposições oriundas dos debates científicos⁶⁴.

Este trecho de Bates nos faz pensar no papel de um indivíduo intitulado como naturalista na segunda metade do século XIX. É claro que muito já se escreveu a respeito do que significava ser cientista nesse período da história, mas, tomar isso como “ponto de apoio” é um exercício interessante e necessário. A obra wallaciana pode ser lida sob diversas perspectivas: entomologicamente, botanicamente, zologicamente e tantos “entes” que seriam impossíveis de ser esgotados aqui; no presente trabalho conclusivo acreditamos ter sido possível pelo menos oferecer possibilidades de discussão com nosso objeto de estudo.

No discorrer do trabalho, buscamos identificar o naturalista Alfred Russel Wallace a partir das diversas leituras que este produziu a respeito das comunidades e dos indivíduos adjacentes ao Rio Uaupés que é um dos mais importantes afluentes do Rio Negro, mas, que no século XIX ainda possuía diversos trechos desconhecidos sob o ponto de vista científico. Realizar uma pesquisa tendo por escopo parte de uma expedição de História Natural oferece inúmeras possibilidades historiográficas, ao passo que estes homens de ciência do século XIX nos legaram uma infinidade de relatos sobre práticas culturais, estruturas econômicas, sociais e políticas, além da visão de mundo de tantos indivíduos que possivelmente jamais conheceríamos se não fosse o detalhamento narrativo das literaturas de viajantes.

⁶⁴ BATES, Henry Walter. **O naturalista no rio Amazonas**. 1ª Edição. Tradução de Cândido de Melo Leitão, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-naturalista-no-rio-amazonas>>.

Usufruindo da obra brasileira *Viagens pelo Rio Amazonas e Negro* do entomólogo oriundo do País de Gales e conectando sua escrita com outra fonte, o relatório de viagem do seu amigo de ciência Henry Walter Bates intitulado *O naturalista subindo o Rio Amazonas*, procuramos indagar sobre as problemáticas que nos motivaram a pesquisar sobre aquela figura. Partimos da hipótese de que Wallace, de uma forma diferente do que se poderia pensar sobre um naturalista do século XIX, oferece descrições e análises sobre os povos habitantes do entorno do Uaupés de modo que um leitor desatento imaginaria ser de um homem de outra época.

Confirmamos nossa hipótese, dado que nas minuciosas descrições tendo por temática a vida dos uaupés Alfred Russel atualiza os debates que a nova zoologia de Cuvier e Charles Darwin vinha propondo há alguns anos no tocante à multiplicidade de características que os indivíduos (incluindo o *Homo sapiens sapiens*) podem possuir de acordo com sua disposição geográfica e sua adaptabilidade ao meio; estas proposições colocavam o tema do *antiamericanismo* pelo menos em uma posição de desconfiança no meio científico e Wallace, segundo Bates, possuía grande renome como autoridade nos debates sobre a nova zoologia.

Em um perfil pouco etnocêntrico, mas ainda “interessado”, Wallace dedica boa parte da sua obra ao trecho da expedição que o próprio considerou como o principal marco dos quatro anos que permaneceu em solo brasileiro. Conheceu diversas tradições indígenas, muitas delas ainda intocadas, e condenou a postura tomada pelos europeus desde o período colonial em forçar estes indivíduos a perder seus principais referenciais de cultura em nome de algo tão volátil como é o comércio e o lucro. Celebrizou a beleza física, a disposição natural, a afetividade, a religiosidade, os costumes cotidianos daqueles “homens da floresta”, como ele mesmo os chamou, e se questionou a si auto questionou enquanto europeu e cientista a cada diálogo travado com os índios, com os “brasileiros” ou com outros estrangeiros que como ele vivenciaram as mesmas experiências.

Ao leitor que por ventura se depare com este texto e questione suas possíveis lacunas, deixo a minha compreensão de que tentei ao máximo oferecer um debate atualizado e mais problematizador do que solucionador, percebido que há tantas possibilidades que se abrem a partir da nossa leitura sobre Wallace para que mais investigações e trabalhos acadêmicos deem conta de aprofundar os conhecimentos sobre este indivíduo histórico tão curioso e tão pouco debatido. Deixo também a minha abertura para possíveis diálogos com leitores que

como eu sejam fascinados pela história das ciências e dos saberes humanos e que pretendam aumentar seu leque de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BATES, Henry Walter. **O naturalista no rio Amazonas**. 1ª Edição. Tradução de Cândido de Melo Leitão, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-naturalista-no-rio-amazonas>>. Último acesso: 15/11/2012.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. 1ª Edição. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

Bibliografia:

AGUIAR, José Otávio. **Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)**. 1ª ed. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. *A natureza e a cultura no compasso de um naturalista do século XIX: Wallace e a Amazônia*. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3. Julho/Setembro 2011.

_____. *Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace*. **Cadernos de História da Ciência**. São Paulo, v. 4, n. 2. Junho 2008.

BAHIA, Natália Cristina Fidelis; BONDIOLI, Ana Cristina Vigliar. *Interação das tartarugas marinhas com a pesca artesanal de cerco-fixo em Cananéia, litoral sul de São Paulo*. **Biotemas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 23 (3). Nº 203-213, setembro de 2010.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BUIT, Hector. *A Imagem lascasiana do índio*. In: **Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos**. Campinas: Ed. Unicamp. São Paulo: Iluminuras, 1995.

BRUZZI, Alcionilio. **A civilização indígena do Uaupés**. 2ª Ed. Roma: LAS, 1977.

CARMO, Viviane A.; MARTINS, Lilian A. **Pereira. Charles Darwin, Alfred Russel Wallace e a seleção natural: um estudo comparativo**. *Filosofia e História da Biologia*. São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 335-350, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Conselho Federal de Cultura: 1972.

FIORI, Marlon Marcel; MORAES, Eulália Maria Aparecida de. *Do Assado de Jurararetê a Manteiga de Ovos: As Memórias de Alexandre Rodrigues*. In: **Anais do Congresso Internacional de História - Universidade Estadual de Maringá**, 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/317.pdf>>. Último Acesso: 02/04/2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GERBI, Antonelo. **O Novo Mundo – História de uma polêmica (1750-1900)**. Tradução: Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol. 8. (suplementos), nº 863-80, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500004>. Último acesso: 10/10/2012.

LEITÃO, Candido de Melo. *História das explorações científicas no Brasil*. **Brasiliana**. Série 2. Volume 209. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-das-exploracoes-cientificas-no-brasil>>. Último Acesso: 04/04/2013.

MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. *Os Relatos dos Viajantes Estrangeiros no Brasil Oitocentista: Possibilidades Historiográficas*. In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20, 2009, Ilhéus. **Anais**. Ilhéus: UESC, 2009.

PINHEIRO, Maria Ugarte. *Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920*. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16978>>. Último Acesso: 18/03/2013.

PRATT, Mary Louise. *Introdução: crítica na zona de contato*. In: **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999. p. 23-38.

QUEIROZ, Maria Mireide Andrade et al. *Hidroquímica do rio Solimões na região entre Manacapuru e Alvarães - Amazonas – Brasil*. **Acta Amazonica**. Vol. 3. Nº. 4. Manaus, 2009.

SEAWARD, Mark R. D. *Richard Spruce, botânico e desbravador da América do Sul*. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Vol. 7. Nº 2. Rio de Janeiro. Julho/Outubro 2000.

SILVA, Victor Rafael Limeira da. *Alfred Russel Wallace: Um Olhar Sobre o Indivíduo e o Meio na Amazônia (1848-1852)*. In: **Anais do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. Florianópolis: UFSC, 2012.

SPRUCE, Richard (Org. Alfred Russel Wallace). **Notes of a Botanist on The Amazon and Andes**. Londres: Macmillan, 1908. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/notesofbotanist00spruuoft>>. Último acesso: 05/03/2013.

UEMORI, Celso Noboru. *Darwin por Manoel Bomfim*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.

WALLACE, Alfred Russel. **Diálogo com os cééticos**. Tradução: Jáder dos Reis Sampaio. 1ª Edição. Bragança Paulista, SP: 3 de Outubro, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.

Site:

<http://people.wku.edu/charles.smith/index1.htm>